



PLANO DE GOVERNO

FEDERAÇÃO PSOL - REDE

CURITIBA PARA QUEM MAIS PRECISA

PROFESSORA ANDREA CALDAS

PREFEITA

LETICIA FARIA

VICE-PREFEITA

CURITIBA

2024

Sumário

1- INTRODUÇÃO	3
2- EDUCAÇÃO	5
3- SAÚDE	17
4- MOBILIDADE E MORADIA: DIREITO A CIDADE	26
5- ASSISTÊNCIA SOCIAL	32
6- MEIO AMBIENTE	37
7- SEGURANÇA.....	45
8- CIDADE, CIDADANIA E DIVERSIDADE.....	48
9- CULTURA, ESPORTE E LASER	65
10- ADMINISTRAÇÃO E ECONOMIA.....	70

1- INTRODUÇÃO

*Ser, eu sei. Quem sabe,
esta cidade me significa.*

Paulo Leminski

Curitiba é uma cidade muito diversa. Com quase 1,8 milhões de habitantes somos a 8ª maior cidade brasileira. Somos uma reunião de pessoas de várias origens, com destaque para os migrantes do interior do Paraná, que desde os anos 1970 até a década de 1990 foram responsáveis pelo grande crescimento de nossa população. Mas somos também a terra de migrantes venezuelanos, haitianos e muitos outros. Somos a terra dos que já estão aqui faz tempo. E todos juntos temos muito em comum: somos um povo que vive do seu trabalho, que luta e quer uma vida melhor.

O melhor de Curitiba é o seu povo. Temos a marca da diversidade. Somos brancas e brancos, negras e negros, indígenas, de todas as origens, do oriente do mundo, da América Latina, e de todos os lugares. Somos a diversidade em nossos gostos e amores, somos heterossexuais, LGBTQIPN+, somos homens e mulheres. Somos do recato e do samba, do pré-carnaval do Largo e do modão sertanejo, de todos os lugares da cidade.

Somos a cidade de uma extensa e povoada periferia, do CIC que combina um poderoso parque industrial com algumas das moradias mais precárias da cidade. Somos a cidade do Cajuru, que teme a violência urbana; somos a cidade do Boqueirão, um “país” dentro da nossa cidade. Somos a cidade do Abranches, que se mistura com Almirante Tamandaré.

Somos a cidade dos parques, mas também a cidade dos rios poluídos. Somos a cidade com algumas belas ruas, mas do transporte coletivo cada vez mais lotado e caro.

Somos uma cidade com menos assistência social do que precisamos, com um sistema de saúde que não dá conta do atendimento da população, com uma educação que não atende todos que precisam. Somos uma cidade de funcionários municipais que trabalham muito e não recebem o que merecem.

A cultura, o esporte, o lazer, a segurança, e tudo o que a prefeitura deveria fomentar e promover é feito a menos e é feito pior. Tudo isso sob a batuta de um reizinho autoritário.

A Federação PSOL – REDE está nestas eleições para propor uma Curitiba diferente. Temos um programa socialista, ecossocialista, de esquerda e revolucionário. Sabemos que governando uma prefeitura não é possível mudar tudo que se quer, mas é possível fazer muito, e por isso apresentamos as propostas a seguir, para mostrar como é possível governar para a maioria e para quem mais precisa.

2- EDUCAÇÃO

É importante mostrar aos alunos (...) que existe boniteza na luta ética

Paulo Freire

Curitiba tem se apresentado à sociedade local e nacional com a farsesca chamada midiática de “Cidade Educadora”, promovendo uma educação enraizada na lógica neoliberal, concebendo-a como mercadoria que pode ser negociada e vendida, precarizando os serviços públicos para posterior comercialização. A terceirização de serviços como limpeza, manutenção e merenda escolar já é realidade na rede municipal, seguida de grande desvalorização profissional, burocratização do trabalho pedagógico e a verticalização da gestão, fatores que afetam e comprometem o direito à educação com qualidade social em áreas fundamentais de atendimento e cuidado dos filhos e filhas da classe trabalhadora da cidade.

Alicerçada na Curitiba dos cartões postais: limpa, elitista, ecologicamente correta e com espaços culturais belos e poéticos, a “Cidade Educadora” não revela as desigualdades existentes, marcada principalmente pela falta de vagas à população que mais precisa e com um currículo excludente. Valoriza somente a identidade e o pertencimento das crianças brancas, de origem europeia, dos meninos intelectualizados que visitam espaços culturais elitizados e precisam aprender a separar o lixo, desconsidera as crianças socialmente vulneráveis, negras e periféricas, que, por vezes não aprendem na escola, mas na vida, o significado da separação do lixo, pois sobrevivem da reciclagem desses materiais.

Para a Federação PSOL-REDE, Curitiba pode muito mais para quem mais precisa. Reestruturar, qualificar e ampliar a Rede Municipal de Ensino de Curitiba é o compromisso que assumimos com a população curitibana em nosso mandato.

Na educação infantil, a histórica falta de vagas é uma afronta ao direito à educação de todas as crianças. O déficit aproximado de 10.000 vagas representa apenas uma parte do problema, uma vez que diz respeito a lista de

espera por este atendimento na Rede Municipal de Ensino. Somente com um intenso trabalho de busca ativa é possível estabelecer a real demanda por este serviço.

Além da negligência frente ao direito à educação das crianças pequenas, a falta de vagas na educação infantil coloca em difícil situação milhares de mães que precisam trabalhar, mas não encontram amparo do poder público no cuidado com seus filhos, aprofundando a situação de pobreza das famílias, em especial na periferia. O déficit de vagas concentrado nas regiões mais pobres da cidade demonstra que a educação infantil em Curitiba não atende a quem mais precisa.

A Federação PSOL-REDE se opõe à política de privatização das creches adotada pela Gestão Greca - Pimentel, que mantém um alto percentual de crianças atendidas por instituições conveniadas. Essa prática tem como consequência a precarização do atendimento, que na maioria das vezes é realizado por profissionais com poucas oportunidades de qualificação e com baixos salários, o que resulta na perda da qualidade na etapa inicial da educação básica.

Frente a este cenário, assumimos o compromisso de zerar a fila de espera por vagas na educação infantil, ampliando a oferta desde o primeiro ano do mandato e considerando, inclusive a demanda por turnos e horários de atendimento estendidos. A construção de novos Centros Municipais de Educação Infantil - CMEIs, sobretudo nas regiões com maior demanda é urgente. Para viabilizar essa política propomos a realização imediata do Censo da Educação Infantil para identificar a demanda real nas diferentes regiões da cidade e a construção de um planejamento emergencial que possibilite a resolução deste problema que as famílias curitibanas enfrentam a décadas. Essa política de atendimento demandará a realização imediata de concurso público, possibilitando um quadro mais permanente e capacitado de profissionais, com vínculos mais efetivos na educação e cuidado das crianças.

As crianças e adolescentes que estudam nas escolas de ensino fundamental também precisam de mais atenção e cuidado. É imperativo que essa cidade se torne inclusiva e justa para todas as crianças. O nosso programa de governo propõe uma transformação profunda no sistema educacional e nos serviços públicos, desmistificando o estereótipo dos "Curitibinhas" e garantindo

oportunidades de desenvolvimento para todas as crianças. A imagem do “Curitibinha” como um menino intelectualizado, branco/europeu, deve ser desafiada e ampliada para incluir todas as crianças da cidade. É fundamental reconhecer e valorizar a diversidade étnica e cultural de Curitiba, especialmente a contribuição das crianças negras e indígenas. Nosso currículo escolar será reformulado para refletir essa diversidade, trazendo à luz a história e a cultura afro-brasileira e indígena. Curitiba terá efetivamente uma educação antirracista.

Os diferentes territórios da cidade precisam ser valorizados. Nas regiões sul e extremo sul da cidade existem práticas comunitárias valiosas, que muitas vezes são invisibilizadas. Nosso programa irá integrar essas epistemologias locais no currículo escolar, reconhecendo e valorizando o conhecimento e as práticas comunitárias existentes. A ideia de uma cidade educadora deve ser mais do que um discurso midiático. Precisamos de uma cidade que realmente considere todas as crianças em suas culturas e práticas urbanas. Isso inclui dispositivos de cuidado e de acesso aos diferentes espaços, assegurando que a cidade seja amigável e segura para todas as crianças. Implementaremos uma política de mobilidade espacial que considere o tempo e os recursos necessários para que as crianças do sul e extremo sul também acessem os espaços culturais de outras regiões da cidade. A educação deve estar integrada com políticas de moradia e transporte, garantindo que os serviços educacionais não estejam isolados do contexto espacial e territorial das crianças. Com uma educação integrada e políticas públicas inclusivas, faremos de Curitiba uma cidade verdadeiramente justa e acolhedora para todas as suas crianças.

Curitiba conta com profissionais qualificados e comprometidos com a educação pública, no entanto, estudantes, professoras e professores convivem com sérias fragilidades na infraestrutura educacional. Este plano de governo visa abordar essas questões de forma abrangente, propondo soluções concretas para garantir uma educação de qualidade e inclusiva para todos e todas. Nosso compromisso é transformar o cenário educacional, proporcionando condições dignas de ensino e aprendizado.

O trabalho pedagógico nas escolas municipais é prejudicado por uma série de problemas que precisam ser urgentemente tratados:

- Infraestrutura fragilizada: as escolas enfrentam sérios problemas de infraestrutura, com instalações deterioradas, bibliotecas fechadas e refeitórios improvisados.
- Serviços de manutenção precários: há uma falta crônica de manutenção nas instalações escolares, afetando diretamente a qualidade do ambiente de ensino.
- Número insuficiente de profissionais: há um déficit significativo de professores e demais profissionais da educação, além de uma formação continuada de pouca qualidade que não atende as necessidades do cotidiano escolar.
- Recursos financeiros e pedagógicos insuficientes: os recursos financeiros não suprem as necessidades reais das escolas, especialmente considerando o contraturno escolar.
- Processo de inclusão fragilizado: o atendimento aos estudantes com deficiência é insuficiente, situação que se agrava no contraturno escolar, com a falta de profissionais de apoio especializados.

Assim como a educação infantil, a educação em tempo integral é pauta de luta das famílias trabalhadoras de Curitiba há muitos anos. A garantia do atendimento educacional em tempo ampliado requer compromisso e investimento adequado na construção de espaços apropriados e devidamente aparelhados, condições de trabalho e formação continuada aos profissionais; bem como políticas públicas inclusivas que considerem a importância da intersetorialidade e participação da comunidade e dos seus saberes. Infelizmente a ampliação do tempo escolar não se deu por essa via na "Cidade Educadora".

A expansão da educação integral na Rede Municipal de Ensino de Curitiba, propagandeada pela atual gestão, não parece considerar a importância da ampliação do tempo escolar com qualidade social, na qual a dignidade humana é o ponto de partida. Tão pouco a oferta de vagas considera a necessidade das famílias trabalhadoras, que muitas vezes precisam deixar crianças em idade escolar sozinhas ou em condições precárias de atendimento para garantir o sustento e a provisão das condições básicas de subsistência.

Não basta dizer que todas as escolas ofertam educação integral em tempo ampliado se as vagas não são suficientes para atender sequer a demanda manifesta.

As ações de ampliação, além de estar longe de garantir a universalização deste direito, ocorrem de maneira aligeirada e precária, sem que a prefeitura garanta as condições essenciais à efetivação de um atendimento de qualidade para todas as famílias trabalhadoras da cidade. Com a falta de espaços adequados e de aporte financeiro suplementar, as equipes escolares precisam improvisar espaços e dividir recursos para o atendimento em contraturno, resultando em condições inadequadas para profissionais e estudantes, principalmente para aqueles que mais precisam. Estudantes com deficiência, na maioria das vezes não tem acesso à educação em tempo ampliado e quando conseguem uma vaga, não contam com o mesmo suporte do tempo regular, já que não são previstos profissionais de apoio no contraturno escolar.

Apesar da inclusão figurar como um princípio nos documentos oficiais, a permanência de estudantes com deficiência ou na condição do espectro autista nas escolas públicas regulares se dá a duras penas. As crianças com deficiência intelectual, física, auditiva e visual não contam com o suporte de profissionais especializados que possam atender suas necessidades específicas e garantir o seu desenvolvimento integral. Da mesma forma, estudantes na condição do espectro autista têm o seu direito a profissionais de apoio remediado com a contratação de estagiárias e estagiários, que deveriam estar complementando a sua formação nas escolas municipais e não substituindo profissionais neste trabalho tão importante e desafiador. Com o processo de inclusão fragilizado pela falta de profissionais e formação continuada, este atendimento está seriamente comprometido, especialmente durante o contraturno escolar, onde não existe nenhuma forma de apoio especializado.

Nosso compromisso é transformar a educação em Curitiba, garantindo uma infraestrutura adequada, profissionais qualificados, recursos suficientes e uma inclusão escolar efetiva. Com essas medidas, asseguramos que todas as crianças e adolescentes tenham acesso a uma educação integral e de qualidade, capaz de formar cidadãos e cidadãs conscientes, críticos e ativos.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) também é uma modalidade essencial para garantir a inclusão social e o exercício pleno da cidadania e tem sido negligenciada na cidade de Curitiba a partir do argumento de que o percentual de pessoas não alfabetizadas é muito baixo. Para o PSOL e REDE cada pessoa importa. Não podemos esquecer que por trás das estatísticas estão milhares de pessoas que são desconsideradas em uma política que mingua as oportunidades educacionais para jovens, adultos e adultas, idosas e idosos de diversas condições sociais. Este plano de governo reconhece a importância histórica da EJA e se compromete com a proposição de ações concretas para fortalecer e expandir essa modalidade em Curitiba, considerando às necessidades específicas das trabalhadoras-estudantes e dos trabalhadores-estudantes, promovendo o desenvolvimento pessoal e profissional.

É preciso construir uma proposta que acolha a diversidade, sendo flexível em sua organização, com práticas pedagógicas adequadas e um currículo diversificado para atender faixas etárias, etapas de escolaridade e as necessidades de cada pessoa. Nosso compromisso é transformar a EJA em Curitiba, garantindo uma oferta ampla, inclusiva e de qualidade que contribua para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

A gestão democrática nas escolas é um princípio fundamental que pressupõe a participação ativa de todos os segmentos envolvidos no processo educativo. No entanto, a realidade em muitas escolas ainda está marcada por práticas antidemocráticas, onde a centralização do poder e a falta de transparência são evidentes. Em diversas unidades escolares, a gestão é caracterizada por longos períodos de permanência nos cargos, criando um ambiente de autoritarismo e controle.

Os espaços de participação na gestão das escolas são limitados e, quando existentes, possuem pouco ou nenhum poder de decisão. O modelo de gestão empresarial dentro das escolas distorce a real finalidade deste espaço que é a garantia do direito à educação. Este modelo é marcado por excessiva burocratização, avaliações constantes, discursos focados em metas e cobranças exacerbadas, além de condições de trabalho precárias. A contratação temporária de professores (PSS) implantada pela atual gestão, além de não

resolver a falta de profissionais, intensifica esses problemas, levando à exaustão e adoecimento das educadoras e dos educadores.

Há uma evidente falta de formação continuada sobre os princípios da gestão democrática, resultando em uma compreensão limitada e distorcida do conceito. Os Conselhos de Escola, que deveriam ser espaços de participação ativa e decisiva, são frágeis e frequentemente cumprem apenas funções burocráticas, enquanto a posição dos diversos segmentos da comunidade escolar segue desconsiderada nas decisões mais importantes.

Um dos pilares da comunidade escolar, os profissionais da educação sofreram sucessivas perdas nos oito anos da Gestão Greca - Pimentel. A valorização dos profissionais da educação é essencial para garantir um ensino de qualidade e deve abranger um plano de carreira sólido, formação continuada e melhores condições de trabalho. Os retrocessos impostos pelo “pacotaço” de 2017 tiveram um impacto direto na atratividade da carreira, levando a um aumento significativo da desistência do magistério municipal. A política de compra de vagas para a educação infantil na rede privada também prejudicou a valorização profissional, uma vez que em algumas instituições é possível encontrar professoras recebendo apenas um salário-mínimo para uma jornada de 40 horas semanais.

Além da garantia imediata do quadro de profissionais para suprir o déficit estimado de 3.600 professores, a história de luta por melhores condições de trabalho para o magistério municipal precisa ser reconhecida. É urgente fortalecer o Instituto Curitiba de Saúde, humanizar o atendimento da saúde ocupacional e da perícia e agir incisivamente nas causas do adoecimento dos profissionais da educação.

Curitiba, capital com um orçamento robusto, não enfrentou falta de recursos mesmo durante a pandemia, e obteve um crescimento significativo na arrecadação nos anos de 2021 e 2022. Em 2017, o prefeito Rafael Greca decretou o “pacotaço” que resultou no congelamento do plano de carreira dos servidores públicos municipais. Mesmo com o aumento da arrecadação em 2018, Greca aplicou apenas o percentual de 25%, que é o mínimo estabelecido por lei, para a educação.

Entretanto, o salário inicial das professoras e dos professores perdeu consideravelmente seu poder de compra, caindo de 5 cestas básicas em 2013 para 3 cestas básicas em 2022, de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor. A remuneração para 20 horas em Curitiba e na Região Metropolitana diminuiu 17% entre 2017 e 2020. Em contrapartida, municípios menores investiram mais no magistério. Enquanto Curitiba realizava a compra de tablets para as professoras e professores, com uma finalidade pouco definida, a remuneração de quem constrói a educação com o seu trabalho foi negligenciada, comprometendo a subsistência de toda uma categoria profissional.

Defendemos o investimento de 30% do orçamento municipal para a educação, com diretrizes para aplicação dos recursos que garantam uma educação de qualidade para quem mais precisa. A implementação dessas diretrizes será acompanhada por um comitê de monitoramento, composto por representantes da comunidade escolar, profissionais da educação e gestores públicos. Esse comitê garantirá a transparência e a eficácia na aplicação dos recursos e no desenvolvimento das políticas propostas, assegurando que os objetivos de valorização dos profissionais e melhoria da qualidade do ensino sejam atingidos de maneira eficiente e sustentável.

PROPOSTAS

1. Garantia do direito à educação infantil

1.1. Realizar o Censo da Educação Infantil para identificar a demanda real em todas as regiões da cidade, com foco especial nas áreas com maior déficit de vagas.

1.2. Estabelecer um planejamento emergencial baseado nos dados do censo para a construção e ampliação de CMEIs nas regiões mais necessitadas.

1.3. Ampliação da oferta de vagas: iniciar a construção de novos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs), priorizando áreas com alta demanda e menor oferta de vagas.

1.4. Ampliação de turnos e horários: expandir a oferta por meio de turnos e horários estendidos, atendendo às necessidades das famílias trabalhadoras.

1.5 Revisão da política de privatização: revisar a política de privatização das creches, reduzindo a dependência de instituições conveniadas e priorizando a construção e gestão pública dos CMEIs.

1.6 Programas de apoio: criar programas de apoio às famílias, especialmente nas regiões periféricas, para ajudar na conciliação entre trabalho e cuidado com os filhos.

1.7. Assistência social: integrar a política de educação infantil com programas de assistência social para apoiar as famílias em situação de vulnerabilidade.

1.8. Abertura ao controle social: promover a participação da comunidade na gestão dos CMEIs, com espaços de diálogo para garantir transparência e adequação das políticas.

1.9. Acompanhamento e avaliação: implementar um sistema de acompanhamento e avaliação contínua dos mecanismos de acesso e da qualidade das vagas na educação infantil, envolvendo a comunidade e as famílias.

2. Adequação da infraestrutura Escolar e recursos pedagógicos

2.1. Realizar um diagnóstico detalhado das condições de infraestrutura de todas as escolas.

2.2. Implementar um plano de reforma e modernização das instalações, priorizando as escolas em piores condições.

2.3. Reabrir e equipar bibliotecas escolares, transformando-as em centros de aprendizado e pesquisa.

2.4. Garantir espaços adequados para o atendimento em contraturno, eliminando a necessidade de improvisação.

2.5. Criar uma equipe de manutenção dedicada e capacitada para atender às necessidades das escolas de forma eficiente.

2.6. Revisar e aumentar os recursos financeiros destinados às escolas, considerando o número real de matrículas e o contraturno escolar.

2.7. Fornecer materiais pedagógicos de qualidade, alinhados às necessidades curriculares e às realidades das escolas.

2.8. Implementar um programa de alimentação que atenda aos padrões de segurança alimentar e possua alta qualidade nutricional.

2.9. Fortalecer a parceria com a agricultura familiar para fornecimento de alimentos.

3. Inclusão escolar eficiente e humanizada

3.1. Proporcionar atendimento especializado para estudantes com deficiência em todos os turnos escolares com profissionais de apoio contratados a partir de concurso público.

3.2. Adaptar a infraestrutura das escolas para garantir acessibilidade e conforto às pessoas com deficiência.

3.3. Criar programas de formação continuada para todas e todos os profissionais da educação, focados na inclusão e no atendimento às necessidades específicas das pessoas com deficiência.

3.4. Fortalecer o atendimento pedagógico especializado, ampliando o serviço nos Centros Municipais de Atendimento Educacional Especializado - CMAEEs, e incorporando a abordagem clínica em fonoaudiologia, psicologia, terapia ocupacional e fisioterapia.

3.5. Garantir a frequência e permanência dos estudantes nos programas de atendimento, ampliando os serviços de transporte, bem como de assistência e orientação às famílias, por meio da implementação de um programa de rede de apoio.

4. Educação integral

4.1. Ampliar a oferta de educação integral em tempo ampliado de forma a atender a demanda manifesta.

4.2. Garantir transporte escolar seguro e eficiente para que as crianças possam se deslocar para diferentes espaços, ampliando as suas oportunidades de desenvolvimento integral.

4.3. Implementar um sistema de monitoramento e avaliação contínua das Unidades de Educação Integral para assegurar a qualidade do atendimento e a satisfação das famílias.

5. Educação de Jovens e Adultos (EJA)

- 5.1. Desenvolver um planejamento político-estratégico com mapeamento da demanda para a EJA a partir de dados estatísticos e censitários.
- 5.2. Criar um currículo específico para a EJA, com abordagem flexível e adaptado às necessidades das trabalhadoras-estudantes e dos trabalhadores-estudantes.
- 5.3. Implementar programas de formação continuada para professoras e professores da EJA, em colaboração com instituições de ensino superior.
- 5.4. Fomentar projetos de modernização das unidades que ofertam a EJA e prover recursos tecnológicos e materiais didáticos adequados.
- 5.5. Fornecer apoio financeiro e logístico para a permanência na EJA.
- 5.6. Promover campanhas de mobilização social e estabelecer parcerias com organizações comunitárias e sindicatos.
- 5.7. Garantir atendimento de qualidade para as pessoas com deficiências na EJA, adaptando o currículo e infraestrutura às suas necessidades.
- 5.8. Desenvolver políticas educacionais específicas para a população em situação de rua, promovendo projetos educativos e culturais.
- 5.9. Oferecer oportunidades de escolarização em diferentes períodos, não se limitando ao noturno.

6. Diversidade

- 6.1. Implementar uma proposta curricular antirracista com reconhecimento e valorização da diversidade étnica e cultural de Curitiba, especialmente a contribuição das crianças negras e indígenas.
- 6.2. Integrar ao currículo escolar as epistemologias locais produzidas nos diferentes territórios da cidade, reconhecendo e valorizando o conhecimento e as práticas comunitárias existentes, destacadamente as evidenciadas nas periferias.

7. Gestão Democrática

- 7.1. Promover uma gestão escolar participativa e transparente, envolvendo a comunidade escolar nas decisões.
- 7.2. Desburocratizar processos administrativos e fornecer apoio efetivo às escolas.

7.3. Implementar programas de formação continuada sobre gestão democrática para todos os segmentos da comunidade escolar.

7.4. Reforçar o papel dos Conselhos de Escola, ampliando seu poder de decisão e incentivando a participação ativa da comunidade.

7.5. Abrir as escolas para a participação da comunidade, promovendo um ambiente acolhedor e inclusivo.

7.6. Assegurar processos eleitorais justos e transparentes para a escolha de diretores de escolas e CMEIs, com compromisso com a gestão democrática.

8. Valorização Profissional

8.1. Ajustar o salário inicial do magistério para recuperar o poder de compra e reestruturar o plano de carreira dos profissionais da educação, garantindo crescimento horizontal e vertical para todas e todos.

8.2. Humanizar o atendimento de saúde ocupacional e aumentar o número de peritos médicos.

8.3. Assegurar o cumprimento dos 33% de hora-atividade para todas as professoras e todos os professores da educação infantil e do ensino fundamental.

8.4. Realizar concursos públicos para a contratação de professores e outros profissionais da educação, garantindo um quadro permanente e qualificado.

8.5. Implementar programas de formação continuada de alta qualidade para o quadro de profissionais da educação, articulada ao desenvolvimento profissional, bem-estar e aperfeiçoamento das práticas pedagógicas.

9. Orçamento

9.1. Investir 30% do orçamento municipal na educação a partir do segundo ano da gestão.

9.2. Promover a transparência na gestão dos recursos e implementar um planejamento orçamentário eficiente.

3- SAÚDE

*Saúde não se vende, louco não se prende.
Quem tá doente é o sistema social.*

Nós somos parte e defendemos o movimento da reforma sanitária brasileira, que surge no contexto da luta contra a ditadura militar no Brasil no início da década de 1970. Esse movimento resulta na criação do Sistema Único de Saúde (SUS) no início da década de 1990, junto a redemocratização do Brasil e a aprovação da constituição de 1988.

O SUS é um dos maiores e mais complexos sistemas de saúde do mundo. Sua capacidade de cobertura atende desde a atenção primária até procedimentos de alta complexidade, como, por exemplo, transplante de órgãos. O acesso integral, universal e gratuito a toda população do país é uma das grandes conquistas da constituição de 1988 que garante a saúde como um direito social e uma obrigação do Estado Brasileiro. No entanto, sucessivos governos e gestões federais, estaduais e municipais vem operando um verdadeiro desmonte que resulta no sucateamento do SUS, por meio do subfinanciamento e ausência de investimentos, somada, muitas vezes, a má gestão. Os governos têm falhado na garantia da oferta de saúde para todos – que é o que está garantido na Constituição Federal de 1988.

Em 2020 enfrentamos a pior crise sanitária, a nível mundial, dos últimos cem anos. A época, o governo do então presidente da república, Jair Bolsonaro, promoveu um verdadeiro genocídio da população brasileira. Ao negar a gravidade da crise sanitária imposta pela Covid-19 e tomar medidas sem comprovação científica, a exemplo da indicação do uso dos medicamentos Cloroquina e Ivermectina – que não tem efetividade comprovada no tratamento da infecção causada pelo Covid 19 – o governo federal, ao invés de aliado foi um empecilho no combate à doença e no enfrentamento da pandemia no Brasil. Milhares de mortes poderiam ter sido evitadas. O descrédito na eficácia das vacinas, do isolamento social, do uso de máscara e a ampla campanha de desinformação promovida através de fake news, compuseram a política central de combate a pandemia impulsionadas pelo governo federal.

Nosso compromisso é em defesa da ciência e da vida. Comprovadamente de forma extensiva, ao longo de décadas, vacinas salvam vidas! O sub-financiamento do SUS, somado a desorganização da rede, promovida pelo enfrentamento a pandemia, onde todos os esforços estiveram voltados para o combate a Covid-19, resulta em uma necessidade urgente de reorganização e expansão do SUS em Curitiba. O funcionamento do SUS Curitiba está no limite da capacidade de atendimento e isso precisa mudar. A crise evidenciada em abril desse ano, quando as UPAs voltaram a adotar o fluxo em Y (modelo de atendimento adotado na pandemia) devido à alta demanda por atendimentos, nos mostra apenas a ponta de um iceberg. O problema não é falta de recursos financeiros. Curitiba é o município com a maior arrecadação do Estado do Paraná, e ocupa a 6ª posição no ranking nacional. Investimento de recursos financeiros é para nós uma prioridade do programa de gestão do município.

Prevenção e promoção a saúde: O pilar central do SUS é a atenção básica. Curitiba conta atualmente com 109 Unidades de Saúde - US, sendo 53 funcionando no modelo Estratégia de Saúde da Família - ESF e 56 Unidades Básicas de Saúde. Nosso programa tem o objetivo de expandir o número de US que serão Unidades de Saúde ESF, até atingirmos 100% das US como Unidades de Saúde ESF. A Estratégia Saúde da Família tem maior potencial de aprofundar os princípios, as diretrizes e os fundamentos da atenção básica, ampliando a resolutividade e o impacto na situação de saúde das pessoas e das coletividades. A ESF visa a reorganização da atenção básica no município, o que é uma necessidade urgente nesse contexto pós pandemia, além de propiciar uma importante relação no custo-efetividade nas ações de saúde do município.

Reorganizar o atendimento nas UPAs: A persistência da alta demanda por atendimento na UPAs em Curitiba, evidencia a necessidade de expansão e reorganização das UPAs do município. Nós vamos reabrir a UPA da Matriz, a fim de diminuir a demanda de atendimento nas outras UPAs, bem como diminuir o tempo de espera por atendimento. Dessa forma, não precisaremos fazer como faz a atual gestão do prefeito Rafael Greca e de seu vice, Pimentel, – que ao invés de reabrir a UPA Matriz prefere utilizar o fluxo em Y, que não redistribui a demanda dos atendimentos, apenas organiza a primeira entrada dos usuários

do serviço de outra forma. Outro fator importante para melhorar o fluxo de atendimento nas UPAs é aumentar a disponibilidade de leitos hospitalares no município. Muitas vezes, pacientes que necessitam de internamento hospitalar acabam aguardando vaga por um tempo prolongado nas UPAs, e essa espera pode demorar dias. Com a abertura de novos leitos hospitalares é possível trabalhar com o objetivo de que o tempo de espera nas UPAs, para quem aguarda um leito hospitalar, não seja superior a 24 horas.

A ausência de leitos hospitalares e a fila persistente da central de leitos é um dos gargalos do sistema. Para melhorar a assistência hospitalar e o atendimento nas UPAs nossa proposta é que a prefeitura, juntamente com os governos estaduais e federais, firme um contrato de gestão para que o Hospital Vitória passe a integrar a Rede SUS em Curitiba de forma permanente. Lembrando que o Hospital Vitoria, dispõe tanto de leitos de enfermaria quanto de leitos de UTI.

PROPOSTAS:

1. Reorganizar e expandir a rede SUS em Curitiba.
2. Fortalecer a atenção básica – expandir o número de Unidades de Saúde que atendam através da ESF (Estratégia Saúde da Família) com o objetivo de universalizar a ESF em Curitiba.
3. Reabrir a UPA da Matriz sem fechar outra UPA, aumentando, dessa forma, o número de UPAs no município de Curitiba.
4. Inserir o Hospital Vitória, atendendo 100% SUS, na rede SUS Curitiba.
5. Expandir a aplicação de recursos financeiros provenientes da arrecadação do município no SUS.
6. Realizar concurso público para todas as áreas e níveis de atenção.
7. Reduzir o tempo de espera para cirurgias eletivas e consultas nos ambulatorios de especialidades

AVANÇAR NAS CONDIÇÕES DE ACESSO AO SUS CURITIBA
GARANTIR SAÚDE PARA QUEM MAIS PRECISA

Nossa gestão, Curitiba para quem mais precisa, vai governar para aqueles que hoje são esquecidos pelo atual prefeito, Rafael Greca, e por seu vice, Pimentel. Nesse sentido, vamos implementar o princípio da equidade no SUS Curitiba, que é fazer com que todas as pessoas tenham as mesmas condições de acesso ao Sistema Único de Saúde, com as mesmas oportunidades. Pessoas que, historicamente, são marginalizadas como mulheres, negros e negras, indígenas, pessoas LGBTQIAPN+, pessoas em situação de rua, usuários de serviços de saúde mental e migrantes, no nosso governo terão a garantia de acesso ao SUS através da implementação do princípio da equidade e de políticas de saúde municipais específicas voltadas para essas populações.

Curitiba é uma cidade construída por migrantes. Na última década temos recebido coletividades, famílias e indivíduos principalmente de países da América Latina, com destaque para venezuelanos e haitianos. Precisamos avançar nas condições que garantem o acesso dessa população ao SUS Curitiba. Diferenças culturais e linguísticas, bem como a desinformação, se constituem enquanto barreiras para que os migrantes tenham acesso a atendimento gratuito e integral no SUS em Curitiba. Nossa proposta é trabalhar com uma política de acolhimento e mapeamento dessas comunidades a partir das Unidades de Saúde e dessa forma, juntamente com os usuários dos serviços, construir políticas de saúde que atendam suas necessidades.

Como parte da atenção à saúde da mulher, não podemos deixar em segundo plano o planejamento familiar. Bem sabemos que as mulheres são as principais responsáveis pelo cuidado de outras pessoas, tanto de crianças quanto de idosos, no âmbito das famílias. O planejamento familiar e reprodutivo é um direito das mulheres! E é nosso dever, enquanto governo municipal, garantir que todas as mulheres do município possam ter acesso a métodos contraceptivos e a orientações sobre o planejamento familiar, bem como a aborto legal, nos termos da lei.

O racismo presente em nossa sociedade faz com que negros e negras tenham piores condições de saúde. Maior prevalência de doenças crônicas e infecciosas, altos índices de violência, altas taxas de mortalidade materna e infantil e precocidade dos óbitos nos mostra a necessidade de trabalhar com

políticas públicas municipais de saúde voltadas para o atendimento dessa população.

Os povos indígenas têm especificidades culturais que nos trazem a necessidade de desenvolver tecnologias de cuidado apropriadas para efetivar o acesso dessa população ao SUS. Nesse sentido a atenção a saúde precisa se dar de forma diferenciada. É necessário preparar as equipes de saúde que atendem essa população, para um atendimento intercultural. Agravos de saúde relacionados a mudanças no modo de vida, através de uma relação mais estreita com a população não indígena tem sido observado. São eles: a hipertensão arterial, o diabetes, o câncer, o alcoolismo, a depressão e o suicídio.

A comunidade LGBTQIPN+ enfrenta dificuldades de acesso ao SUS devido ao estigma e ao preconceito. Dentro dessa comunidade, as travestis e as/os transexuais são as pessoas que encontram as maiores barreiras de acesso ao sistema. Nosso município conta com um ambulatório destinado para atendimento à população transgênero, voltado a pessoas que desejam iniciar o processo transexualizador. A existência do ambulatório é uma medida muito importante. Precisamos orientar as equipes da atenção básica e garantir o atendimento e a manutenção do funcionamento desse importante dispositivo da rede SUS de Curitiba.

PROPOSTAS:

- 1- Garantir o aborto legal e seguro para as pessoas que gestam, nos casos que estão previstos em lei.
- 2- Garantir que as famílias, especialmente as mulheres, tenham acesso a orientações sobre planejamento familiar e métodos contraceptivos que estão disponíveis no SUS.
- 3- Contratar agentes comunitários de saúde que sejam migrantes, nos territórios onde haja comunidades migrantes, e indígenas nos locais onde existam comunidades indígenas, a fim de melhorar as condições de acesso e auxiliar no mapeamento e coleta de informação para a construção de uma política municipal de saúde para a população migrante e para a população indígena.

- 4- Articular, junto aos povos indígenas residentes em Curitiba, uma política municipal de saúde indígenas que atenda às necessidades específicas dessa população e que esteja alinhada com a Política Nacional de Atenção a Saúde dos Povos Indígenas.
- 5- Construir uma política municipal de saúde voltada para a população negra que esteja embasada na Política Nacional de Saúde Integral da População Negra.
- 6- Combater o racismo institucional no SUS Curitiba. Reconhecendo sua existência e melhorando as condições de acesso da população negra ao Sistema Único de Saúde em Curitiba.

SAÚDE NÃO SE VENDE, LOUCO NÃO SE PRENDE!

A Reforma Psiquiátrica e a Reforma Sanitária foram marcos na transformação do sistema de saúde brasileiro, levando a criação do SUS. Começando na década de 1970, a Reforma Psiquiátrica foi uma resposta as mobilizações da população contra o modelo manicomial, que representava uma forma brutal e higienista de tratar o sofrimento psíquico. A reforma criou a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), com a missão de oferecer um cuidado mais humano e integrado, voltado para as necessidades reais dos indivíduos.

No entanto, a implementação da RAPS enfrenta resistência e desafios influenciados pelos interesses privados e conservadores. Os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), apesar de seu papel indispensável, estão descaracterizados de sua proposta inicial, sobrecarregados e subfinanciados em Curitiba, refletindo a falta de comprometimento com uma saúde mental pública e universal.

1. Garantir um serviço público universal, que distribua recursos de forma eficiente, entendendo os impactos sociais e individuais das políticas de saúde mental.
2. Garantir a implementação completa da RAPS, a estabilidade dos vínculos de trabalho e a alocação adequada de recursos materiais para oferecer um atendimento eficaz.

3. Promover processos democráticos que envolvam a participação da comunidade na formulação da política pública.
4. Assegurar investimentos adequados em estudos e pesquisas que sustentem essa política e manter os estudos que a embasam atualizados.

A política inicialmente contemplava os CAPS I e II, que ofereciam atendimento durante o dia. Com o tempo, essa estrutura evoluiu para os CAPS III, que proporcionam acolhimento noturno e leitos de observação 24 horas, substituindo assim os leitos dos hospitais psiquiátricos. Em 2017, sob gestão de Rafael Greca e Pimentel, a Prefeitura de Curitiba reduziu em CAPS II ou CAPS III, deixando as diversas demandas de saúde mental em um único tipo de equipamento, não respeitando as especificidades das Clínicas Transtorno Mental e Álcool e Drogas, influenciando no tratamento uma da outra, não oportunizando a autonomia do cuidado um do outro. Na época, em Nota de Esclarecimento da Coordenação de Saúde Mental a Prefeitura justificou a alteração proposta na rede de saúde mental sob as bases da atual realidade orçamentária do país, do Estado e do município, se mostrando ineficiente na garantia desses direitos para a população curitibana, e principalmente para os mais vulneráveis dentro dessa estrutura.

Essa mudança continua a trazer consequências até hoje, mostrando-se ineficaz para atender às necessidades dos usuários e fortalecendo instituições que contrariam os princípios da Reforma Psiquiátrica. Como resultado, a população que necessita de um atendimento humanizado e complexo em saúde mental permanece vulnerável e exposta a internamentos compulsórios em comunidades terapêuticas ou outras instituições não devidamente fiscalizadas, onde são sujeitos a maus-tratos e trabalho escravo. Isso representa um retrocesso na capital do Paraná com relação aos avanços conquistados através de décadas de luta, se fazendo necessária uma revisão abrangente nesse modelo de atendimento unificado do CAPS, já que Curitiba tem presenciado um aumento significativo na demanda por atendimento psicossocial desde a pandemia.

Em 2022, houve recorde no número de acolhimentos nos 13 CAPS existentes, quase dobrando em relação a 2020. Além disso, houve um aumento

também na complexidade dos casos, principalmente envolvendo abuso de substâncias entre os jovens, o que tem mudado o perfil de atendimento e aumentado a necessidade de especialização dos profissionais, isso tem sido prejudicado com a unificação do atendimento do CAPS-AD (álcool e drogas) e CAPS-TM (transtornos mentais). Mesmo com o aumento considerável da demanda por atendimento nos últimos anos pós-pandemia, o último CAPS inaugurado em Curitiba foi somente em 2019, no Tatuquara.

O processo de falta de incentivo às políticas públicas de saúde mental e sucateamento desses serviços vem afetando principalmente a juventude negra e periférica, que compõem grande parte da parcela dos jovens que necessitam de acolhimento dentro desses espaços. Os povos indígenas, principalmente a juventude, também são os que mais sofrem com toda essa conjuntura, visto que o número de casos de suicídio entre essa parcela da população tem disparado nos últimos anos.

PROPOSTAS:

1. Articular políticas públicas de saúde mental com outras áreas, como assistência social, educação, trabalho e segurança, para criar uma rede de atuação ampla e eficaz para os grupos vulneráveis;
2. Incorporação de profissionais indígenas nas equipes de trabalho, para construir políticas públicas adequadas que atendam os diversos povos e suas demandas também dentro da RAPS;
3. Promover uma atuação interseccional com outros setores, entendendo que os problemas de saúde mental são multifacetados, atrelados a falta de outras políticas públicas como de alimentação, moradia, mobilidade e outras;
4. Atuar de maneira proativa nas causas do sofrimento mental, integrando esforços com áreas como cultura popular, economia solidária, esporte e lazer. Essa abordagem deve abranger tanto adultos quanto crianças e adolescentes, reconhecendo a importância de políticas de longo prazo para a prevenção dos problemas de saúde mental.
5. É necessário investir na expansão dos CAPS existentes e na criação de novos centros de atendimento para enfrentar o aumento crescente da demanda. Isso inclui reabrir os nas modalidades CAPS AD (Álcool e Drogas) e CAPS TM

(Transtornos Mentais), assegurando que a rede de apoio seja ampla e capaz de atender adequadamente a todas as necessidades da população;

4- MOBILIDADE E MORADIA: DIREITO A CIDADE

*Periferia é periferia
(Vários botecos abertos, várias escolas vazias)
Periferia é periferia
(E a maioria por aqui se parece comigo)*

Periferia é Periferia - Racionais MC's

Hoje temos uma Curitiba pensada como negócio, de costas para as reais demandas da população. O transporte, a moradia, as obras públicas, a arte e o acesso à cultura são direcionados, em sua maioria, conforme o interesse dos financiadores de campanhas, de modo a extrair renda dos trabalhadores, que a cada dia têm seus salários achatados, e gerar oportunidades de negócios para estes parceiros. A luta pelo direito à cidade resgata os valores de uso e a proteção da vida em contraposição à ideia de cidade mercadoria, outra lógica de vivência ao reduzir as desigualdades, promover acesso à cultura e equipamentos públicos. Para isto é preciso pensar o transporte coletivo voltado para outra forma de viver à cidade, onde o planejamento urbano e os meios de deslocamento sirvam para atender verdadeiramente as pessoas e não aos empresários do transporte. A tarifa que era de R\$ 3,70 quando Greca e Pimentel assumiram, e hoje custa R\$ 6,00. O total de passageiros por dia, que em anos anteriores já foi de mais de 2 milhões, hoje está em cerca de 1,1 milhões, devido ao alto custo da tarifa, às péssimas condições do transporte e ao uso maior de transportes alternativos, como o andar a pé, a bicicleta e o transporte por aplicativo.

Ao pensarmos outra lógica de cidade e mobilidade, contrapomos a cultura do carro. Essa cultura é incentivada por aqueles que lucram com isto: a indústria automobilística, as empreiteiras que recapam asfalto, mas não o anti-pó. Todo um status é construído em torno do carro, mas o que vem com isso são os financiamentos, endividamentos, congestionamentos, maior tempo de deslocamento e poluição do meio ambiente. A bicicleta e o deslocamento a pé devem ser integrados a um transporte público de qualidade, sendo feito no último trecho do alimentador, ou então na região central, com mais segurança.

Faltam calçadas acessíveis, vias compartilhadas e educação voltada para o respeito ao ciclista. O plano cicloviário de 2019 prevê mais 200 km de malha cicloviária somadas aos 208 existentes até então. Para a primeira fase (2019/2020), definida com mais de 46 km, somente 7% foi entregue. Além disso, apenas 15% da malha cicloviária é composta por ciclovias propriamente ditas, separadas e exclusivas para a movimentação da bicicleta, sendo grande parte delas em parques ou ainda sofrendo compartilhamento indevido de pedestres. A Avenida Marechal Floriano, a maior parte da Avenida Manoel Ribas, e outras vias importantes continuam sem ciclovias suficientes. Deve haver manutenção e investimentos efetivos no sistema cicloviário, pois valorizar mobilidade alternativa em detrimento do carro é valorizar a vida, a saúde, o lazer e o meio ambiente.

A moradia, por sua vez, é um elemento central do direito à vida e do direito à cidade. A lógica dos programas atuais retira dinheiro das famílias e dos governos para favorecer as empreiteiras. A trabalhadora e o trabalhador ficam com as dívidas e condições precárias de habitabilidade, quando não estão sujeitos a despejos e desocupações. Em Curitiba, as dimensões da moradia digna não são respeitadas, sendo a habitação popular caracterizada por imóveis distantes dos equipamentos públicos e que não consideram as necessidades das famílias nos aspectos culturais e socioeconômicos. O déficit habitacional de Curitiba, que era de quase 80 mil domicílios em 2020, agora é de 90 mil domicílios. Ou seja, a situação está piorando. Neste contexto as ocupações urbanas de terrenos vazios são o sintoma da completa falência da política habitacional em Curitiba. Em Curitiba, o que prevalece é o interesse das empreiteiras na definição dos terrenos e na arquitetura das unidades habitacionais.

Propostas:

1. Priorização do transporte público: priorizar o transporte coletivo público frente às soluções individuais e privadas.
2. Auditoria do transporte: realizar a auditoria dos contratos do transporte público – CPI do Transporte – e das obras públicas.

3. Estímulo uso do transporte público: estimular o uso do transporte público através da divulgação dos itinerários e das possibilidades de rotas junto a escolas, empresas, locais de maior aglomeração, pontos e terminais de ônibus.
4. Integração metropolitana: buscar reatar e expandir a integração metropolitana do transporte, fragmentada em 2015 em diferentes cartões-transporte e modos de gestão (URBS, Comec e demais empresas).
5. Proposição democrática de novas linhas: propor consultas às comunidades sobre demandas de transporte a serem atendidas, seja por extensão de linhas, novas linhas ou melhorias de conexões.
6. Integração temporal: implantar a integração temporal em todo o sistema, utilizando a tecnologia do cartão magnético, de modo a expandir a integração tradicional dos terminais também para os convencionais e as paradas avulsas nas praças do centro da cidade.
7. Expansão e melhoria do sistema cicloviário: melhorar o sistema existente e implantar mais ciclovias, ciclofaixas e ciclorrotas, de forma a criar uma conexão em rede entre os bairros.
8. Garantir segurança de ciclistas e pedestres: os modais ativos devem ter máxima prioridade, de modo que o desenho urbano, os equipamentos, a infraestrutura viária e a educação do trânsito se guiem nesse sentido.
9. Estimular a integração multimodal: colocação de paraciclos e bicicletários públicos junto a terminais de ônibus, estações e outros pontos de concentração de viagens, com conexão coerente e de qualidade com o sistema cicloviário.
10. Tarifa justa a curto prazo: implantar valor fixado mensal de R\$ 50 reais para estudantes e desempregados, custeada com a aplicação das sanções às empresas do transporte público, que descumprem diariamente os parâmetros contratuais e não são devidamente penalizadas.
11. Tarifa zero e sustentável a médio prazo: implantar a médio prazo a tarifa gratuita no sistema de ônibus da cidade, com reestatização da frota e da gestão do transporte, de modo que o sistema seja realmente público.
12. Manutenção e melhora dos equipamentos de transporte: construção e manutenção de abrigos de qualidade em todas as paradas de ônibus da cidade e melhora do conforto ambiental e dos acessos de estações-tubo e terminais,

tanto para passageiros quanto para cobradores e funcionários (incluindo pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida).

13. Ampliação da frota: aumentar a frota de ônibus com veículos utilizando biocombustíveis e/ou energia elétrica para movimentação, contando com elevadores acessíveis.

14. Fechamento de trechos do centro da cidade aos domingos: fechar as ruas do centro para trânsito exclusivo de pedestres e ciclistas, propiciando lazer e convívio e criando espaços para apresentação e ocupação culturais.

15. Melhora das calçadas: criar um programa voltado para a mobilidade do pedestre, com o intuito de garantir calçadas acessíveis em toda a cidade através do poder público, com prioridade de áreas periféricas.

16. Utilização dos espaços públicos: estímulo ao uso dos espaços públicos (praças, parques, ruas), sobretudo nos bairros periféricos, para ações culturais periódicas (com editais específicos para essa modalidade), com a atuação comunitária conjunta à guarda municipal, de modo que haja resgate e vivência nos espaços de convívio para as comunidades, aumentando a sensação de segurança e de pertencimento à cidade e à sua construção diária.

17. Patrimônio histórico arquitetônico e urbanístico: catalogação precisa de Unidades de Interesse de Preservação (UIPs), com devida proteção, manutenção, devido restauro e estímulo ao uso desses espaços, divulgando a memória histórica de Curitiba por meio de rotas turísticas e educacionais nesses edifícios.

18. Produção de habitação social: priorizar a criação de novas unidades habitacionais em espaços já dotados de equipamentos públicos e infraestrutura, principalmente em vazios urbanos de áreas valorizadas, como nos setores estruturais e no centro da cidade, aliada à recuperação de construções degradadas para o mesmo fim.

19. Assistência justa nas habitações sociais: regulamentação da assistência técnica para habitação de interesse social, levada a cabo por universidades ou por órgãos sem fins lucrativos, de modo que a produção de habitações sociais não recaia nas mãos do mercado imobiliário.

20. Aluguel social: considerar o aluguel social custeado pelos entes públicos como forma de ocupar o centro e inserir as famílias na dinâmica da cidade,

reduzindo custos sociais com deslocamentos excessivos e priorizando o uso dos equipamentos públicos já existentes.

21. Formas de moradia: criar sob o modelo de condomínio e comodato habitações sociais e outros tipos de habitação inclusiva, contando com a abrangência para a população vivendo nas ruas.

22. Validação das formas de construção: validar e auxiliar novas formas de habitação, como a construção autogestionária feita pelos movimentos de luta pela moradia.

23. Regularização fundiária justa: acelerar os processos de regularização de ocupações informais com devida urbanização, observadas rigorosamente justificativas sociais e ambientais, de modo que as pessoas vivendo nas favelas de Curitiba tenham o acesso legal à cidade na qual já moram e recebam as melhorias de urbanização necessárias.

24. Realocações habitacionais justas: em casos de realocações, garantir que as famílias tenham habitação na mesma ocupação ou o mais perto possível, a fim de manter os vínculos sociais, de vizinhança, de pertencimento e da rotina de trabalho e mobilidade já estabelecidas.

25. Indenizações efetivas em remoções: garantir que moradores de domicílios autoconstruídos sejam indenizados em remoções ocorridas nos processos de regularização e urbanização.

26. Aplicação efetiva do IPTU progressivo: efetivar o IPTU progressivo no tempo de modo a viabilizar verdadeiramente a função social da propriedade, com possível revisão desse aspecto do plano diretor, que simplesmente delega a função social ao cumprimento da ocupação conforme zoneamento e prosseguir com a desapropriação posterior ao instrumento, com destinação a habitação social e outros usos justos, conforme Estatuto da Cidade.

27. Aplicação justa de instrumentos do Estatuto da Cidade: revisar a qualidade social de instrumentos já aplicados, como a operação urbana consorciada da Linha Verde, de modo que parem de servir a um ciclo sem fim de investimentos no setor privado. Lançar mão dos instrumentos de direito de preempção, outorga onerosa e operações urbanas consorciadas para a criação de espaços públicos e de habitação social em locais valorizados e semi-utilizados na cidade.

28. Delimitação de ZEIS: estabelecer e delimitar áreas destinadas a habitação de interesse social em toda a cidade, com priorização aos locais mais bem atendidos por transportes e serviços, segundo Estatuto da Cidade.

29. Criar um planejamento do banco de terras para o futuro e para a rígida regulação do preço da terra, evitando especulação imobiliária e produção mercadológica de imóveis.

5- ASSISTÊNCIA SOCIAL

*Eu não consigo entender,
Que em vez de herdar um quinhão
Teu povo mereça ter
Só sete palmos de chão!*

*PROCISSÃO DOS RETIRANTES
Martin Cezar Ramires Gonçalves*

No Brasil, a assistência social foi a última política a ser estruturada, a partir do tripé da seguridade social, previsto na constituição federal de 1988, juntamente com a saúde e a previdência social, justamente porque historicamente, tem sido negligenciada como direito do cidadão e da cidadã, tratada como benesse ou ajuda. Passou a ser reconhecida com a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS/1993) e implementada a partir de 2004, com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e da Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS/2005 e Lei do SUAS/2011), tendo também como parâmetro de profissionalização da área a Norma Operacional Básica para Recursos Humanos do SUAS (NOB/RH/SUAS/2006), que prevê a estruturação e a composição das equipes de acordo com a organização de cada unidade, programa, serviço e benefícios socioassistenciais, além de um amplo conjunto de resoluções do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), diversas outras normativas e orientações técnicas.

Em que pese esse conjunto de regulações, também historicamente, verifica-se a não implementação adequada desta política nos municípios e uma forte resistência de prefeitos e prefeitas, gestores e gestoras da área em reconhecê-la como direito, de fato. É uma política que, apesar dos avanços na estruturação de sua rede de serviços, desde o início de sua implementação, passou por um intenso retrocesso, com a implantação da EC/95, do teto de gastos e, a partir de 2019, com o governo Bolsonaro, com o corte intensivo de mais de 96% de repasses financeiros fundo a fundo aos municípios, por meio de um projeto de desmonte do SUAS. Isso repercutiu de forma a precarizar a oferta das ações continuadas do SUAS nas cidades, incidindo em desproteções às

famílias, indivíduos e grupos mais vulneráveis e em situação de risco, público-alvo desta política, principalmente, no contexto pandêmico.

Além de precarizar o trabalho, alguns municípios, como Curitiba, por exemplo, desmontaram ou fecharam serviços, alegando falta de recursos financeiros, mas também por adotar uma concepção de gestão reducionista, quanto à importância da política de assistência social na cidade, desconsiderando as necessidades da população. Foram 6 CRAS fechados já no início da gestão Greca - Pimentel (Sambaqui/Fazendinha, Hauer, Portão, Arroio/Cic, Gabinete/Cic e Butiatuvinha/Sta. Felicidade). Unidades localizadas na região sul de Curitiba, em territórios em que há altos índices de violência e vulnerabilidade, deixando de ofertar proteção social básica preventiva a crianças e adolescentes, por exemplo, em serviços de convivência e fortalecimento de vínculos.

Além disso, a Fundação de Ação Social (FAS) responsável pela política no município, também fechou o condomínio social para população em situação de rua e o guarda-pertences que ficava no centro de Curitiba, além de Centros-Pop para este público. E continua precarizando serviços, sendo desmontadas unidades como os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), cujas estruturas físicas são extremamente precárias, mas também, a gestão frequentemente retirou recursos humanos destes espaços para cobrir a ausência de trabalhadores e trabalhadoras em unidades de alta complexidade (abrigos e unidades de acolhimento, para diversos públicos). Isso faz com que essas unidades não cumpram sua função de prevenção e superação dos riscos sociais, por meio do acompanhamento familiar que lhe cabe, além de sobrecarregar as equipes com altas demandas de trabalho, posto que não realiza concurso público há mais de 10 anos para esta área, a fim de repor as vagas em aberto. Hoje as equipes estão reduzidas em mais de 50% na maioria destas unidades, não contando com equipes mínimas nem de nível superior, que é o básico previsto pela NOB/RH, tamanho é o descompromisso da atual gestão com a assistência social.

A FAS também se sobrecarrega assumindo diversas políticas transversais de direitos humanos, ao agregar os conselhos de direitos de

crianças e adolescentes (COMTIBA), da pessoa com deficiência (CMDPcD) e da pessoa idosa (CMDPI), assim como, a política do trabalho (CMERT) e de economia solidária (CMEPS), que não são de sua competência e que prejudicam o desenvolvimento daquilo que é produto próprio da assistência social, que deve se dar por meio da acolhida das demandas da população; a garantia de renda (por meio dos programas de transferência de renda – Benefício de Prestação Continuada – BPC – e Programa Bolsa Família -PBF) do governo federal e de outros que devem ser criados e implementados pelo município); apoio, auxílio e autonomia. Entende-se a importância do trabalho social entre as diversas políticas públicas, de modo integrado e complementar, intersetorial, transversal, interdisciplinar e em rede, a fim de garantir o alcance de todos os direitos sociais pela população e o atendimento integral a todas as necessidades humanas, o que deve e precisa ser incentivado e fortalecido na cidade de Curitiba. Contudo, o que não é cabível à política de assistência social, deve ser destinado às políticas e órgãos competentes para que esta desempenhe com maestria a função que lhe compete.

Neste sentido, propõe-se para a política de assistência social em Curitiba, trabalhar a partir dos seguintes eixos:

1. Gestão do SUAS

- 1.1. Criar a Secretaria Municipal de Assistência Social de Curitiba (SMAS).
- 1.2. Realizar concurso público imediatamente para recompor e ampliar as equipes.
- 1.3. Implantar a Lei do SUAS, instituindo também os benefícios e programas de transferência de renda próprios do município: para mulheres em situação de violência, auxílio maternidade e situação de vulnerabilidade temporária).
- 1.4. Realizar diagnóstico socioterritorial para identificar as demandas e necessidades da população e diagnóstico específico sobre a população em situação de rua.
- 1.5. Transitar para outras políticas as ações que não são próprias da assistência social.
- 1.6. Criar plano próprio de cargos, carreiras e vencimentos (PCCV).

1.7. Executar de forma ininterrupta e continuada o PMEP (Plano Municipal de Educação Permanente), adotando novas práticas de capacitação continuada, como a supervisão técnicas em serviços, enfatizando conteúdos de direitos humanos e de diversidade no interior da política de assistência social.

1.8. Incentivar o aprimoramento do trabalho nas redes de proteção social para todos os públicos que se encontram em situação de risco social (criança/adolescente, mulheres, PcD, Idosas, LGBTQIAPN+, étnico racial, etc).

1.9. Incidir na descentralização das políticas de esporte, cultura e lazer, a fim de que sejam garantidos por estas os demais direitos fundamentais, principalmente de crianças, adolescentes e pessoas idosas, no sentido de reduzir situações violência e vulnerabilidade no território.

2. Garantia de Proteção Social

2.1. Implantar a política de cuidados domiciliares, com co-financiamento do Estado e da União, em regime de colaboração com as famílias, comunidades e com acompanhamento do CRAS, a fim de garantir a desoneração da sobrecarga das mulheres no atendimento aos entes que apresentam alto grau de dependência, acamados, idosos e com deficiência, bem como, valorizar financeiramente esse trabalho, de forma remunerada, garantindo autonomia financeira para quem cuida.

2.2. Reestruturar as equipes e unidades de CRAS, CREAS e de Acolhimento Institucional, reabrindo as unidades CRAS que foram fechadas.

2.3. Implantar mais um CREAS por regional.

2.4. Criar unidades de Centro-Dia para pessoa idosa e pessoa com deficiência, com execução direta.

2.5. Criar Instituição de Longa Permanência para Pessoa Pdosa (ILPI), com execução direta.

2.6. Criar serviços híbridos (saúde e assistência social), como acolhimentos institucionais e residências terapêuticas, conforme a necessidade, para as diversas faixas etárias.

2.7. Implantar programas mais condizentes com a realidade da população em situação de rua: unidades de acolhimento com menos usuários e desenhar uma

trajetória pedagógica de saída das ruas, junto com os movimentos de defesa de direitos dessa população.

2.8. Adotar o programa Moradia Primeiro para População em Situação de Rua, em regime de co-financiamento e co-gestão com a política de habitação.

2.9. Ampliar programas de aprendizagem e mobilização para o mundo do trabalho para adolescentes e jovens.

2.10. Criar parâmetros, documentos orientadores e padrões de qualidade para todos os serviços, programas e projetos ofertados, tanto pela rede governamental, quanto não governamental, a fim de garantir unidade na cobertura do que é e/ou será ofertado e a excelência dela.

2.11. Estabelecer parâmetros financeiros de parcerias com a rede socioassistencial não governamental, padronizando valores igualitários para as Organizações da Sociedade Civil (OSC's) e Entidades, de acordo com o serviço ofertado, perfil e complexidade do público atendido.

3. Controle Social

3.1. Implantar os conselhos regionais e locais de assistência social, com a participação de representantes de toda a rede socioassistencial, governamental e não governamental, trabalhadores/as e usuários/as.

3.2. Desenvolver ações populares e comunitárias de cunho participativo, a fim de incentivar o protagonismo da população usuária do SUAS, no sentido de que a reconheçam como direito reclamável.

3.3. Valorizar, reconhecer e respeitar a autonomia do Conselho Municipal de Assistência Social.

3.4. Estruturar a secretaria executiva do CMAS, com equipe própria, autonomia e melhores condições de trabalho.

6- MEIO AMBIENTE

*Terra!
És o mais bonito dos planetas
Tão te maltratando por dinheiro
Tu que és a nave, nossa irmã*

O Sal da Terra - Beto Guedes

O meio ambiente cada vez mais toma centralidade enquanto tema emergente no Brasil. Após longos anos de desmonte ambiental, os negacionistas que estavam no poder executivo foram derrotados nas urnas, demonstrando também a vontade da população de estabelecer outra política ambiental.

A emergência climática cada dia mais nos impõe uma realidade desafiadora: ondas de calor, secas e queimadas no Pantanal, enchentes no Rio Grande do Sul e mundialmente. O crescimento do número de refugiados climáticos, enquanto isso continua se falando na exploração de petróleo na Amazônia e benesses ao agronegócio em troca de apoio político. No Paraná o agronegócio continua no comando, e Ratinho Jr. continua de mãos dadas com poluidores e desmatadores em nome do “progresso”.

Em Curitiba, de Greca e Pimentel, a propaganda de que a cidade é sustentável é totalmente descolada da realidade, cada vez mais observamos problemas ambientais interseccionados com os problemas sociais e inseridos num contexto global de emergência climática. A atual gestão de Curitiba não vem fazendo nada relevante para nos livrarmos do colapso que se avizinha. Vemos algumas ações pontuais que servem mais de maquiagem do que enfrentamento real aos problemas, mas as grandes máfias imobiliárias, do transporte, do lixo e do asfalto continuam a dar as cartas em nome do lucro de poucos. Por isso é necessário medidas urgentes para deixarmos de ser a capital do transporte individual, a capital que não composta, a capital que derruba suas árvores para fazer pistas de automóveis ou empreendimentos imobiliários, a capital do glifosato nas calçadas, a capital dos rios poluídos, a capital que invisibiliza os indígenas e a periferia.

O PSOL e a REDE, com seus parlamentares e militância, sempre implacável na defesa do meio ambiente, defende um programa de longo alcance para Curitiba, um programa Ecosocialista que visa harmonizar as políticas da nossa cidade com o meio que ela se encontra. Somos parte de uma coletividade e como tal a nossa contribuição para o futuro tem que ser feita coletivamente: não podemos agir de maneira isolada. A educação ambiental e a abordagem corajosa de denúncia da falta de cuidado com o planeta, que aprofunda as desigualdades, gera sofrimento e destrói a natureza, são temas que têm que estar permanentemente nas nossas pautas municipais.

O desafio do meio ambiente em Curitiba não é só de Curitiba. A água que abastece Curitiba, por exemplo, vem de reservatórios na RMC (Iraí, Piraquara I, Piraquara II, Passaúna) que devem ter seu entorno preservado, a fim de garantir que a água não evapore e não seja contaminada. Para isso, é necessário um plano conjunto com a RMC para que o entorno das represas e dos rios que desaguam nelas tenham suas matas preservadas e/ou restauradas. Também devem ser incentivadas atividades que resgatem o ecossistema, como agroflorestas, RPPNs e ecoturismo, e reprimidas atividades que degradam o solo e prejudicam a qualidade da água, como monocultura e uso de agrotóxicos.

Nossas propostas para uma Curitiba Ecosocialista:

1. Criar a área livre de agrotóxico nos limites do município, com fiscalização efetiva e criar um fórum com os demais municípios da região metropolitana de Curitiba para criar a área livre de agrotóxicos na RMC até 2030, fortalecendo a agroecologia e favorecendo nossa saúde.
2. Programa de educação e produção orgânica para agricultores convencionais interessados na transição: criação de certificado de transição a fim de estimular o investimento do produtor e considerando o tempo de adaptação inicial.
3. Auditoria na agricultura convencional para checar os níveis de agrotóxicos utilizados, inspeção na água e no solo: inspecionar cumprimento das leis ambientais, como por exemplo, recuo de 30m dos rios e 50m de nascentes.

4. Hortas comunitárias orgânicas: criação de programa de expansão de hortas comunitárias (atualmente existem apenas 32 hortas comunitárias) e agricultura urbana, em parceria com os linhões de energia da Copel e com o INSS, para a criação de uma fazenda urbana no imenso terreno disponível no Cabral, visando também a criação de hortas em espaços vazios da cidade (lembrando que o centro de Curitiba possui 30% de áreas ociosas), assim como oferecer apoio técnico e oportunidade de escoar esses produtos em feiras e em compras pelo poder público.
5. Criar programas de educação para a população a fim de implantar e manter as hortas orgânicas comunitárias sobre as diretrizes da agroecologia para todas as regionais de Curitiba.
6. Recuperar a mata ciliar nas áreas de encostas dos rios com a criação de agroflorestas, onde seja feito o plantio da flora nativa e também de outras espécies não invasoras e fontes de alimento.
7. Criar o banco de sementes municipal de modo a guardar, catalogar e multiplicar toda a diversidade de sementes crioulas existentes na região, oferecendo aos agricultores acesso a essa diversidade.
8. Criar incentivos fiscais para a produção sustentável, com a devida regulamentação municipal.
9. Simplificar o processo para obtenção e manutenção do certificado orgânico.
10. Criar de feiras de produtos agroecológicos nas periferias com valor subsidiado e acessível para as famílias, como um espaço plural com apresentações culturais, educação ambiental, cultura alimentar, trocas de mudas, sementes e alimentos e movimentação da economia local com a venda de artesanato e produtos da comunidade.
11. Distribuir cestas orgânicas, de pequenos produtores, para a população em vulnerabilidade social.
12. Instituir uma política de distribuição de cestas orgânicas para a população em vulnerabilidade, com foco nas periferias, garantindo a compra de produtores agroecológicos, escoando os produtos e propiciando segurança alimentar para as famílias.

13. Garantir que a merenda escolar seja composta por alimentos orgânicos, provenientes da agricultura familiar.
14. Fortalecer a política de alimentação escolar, ampliando de 80% da merenda proveniente de agricultores orgânicos, para 100% até 2030.
15. Ampliar as “Cozinhas Solidárias” e os “Restaurantes Populares”, garantindo que seja composta por alimentos orgânicos, provenientes da agricultura familiar.
16. Farmácias Vivas: promover e reconhecer as práticas populares e tradicionais de uso das plantas medicinais e remédios caseiros e incluir a agricultura familiar nas cadeias nos arranjos produtivos das plantas medicinais, insumos e fitoterápicos.
17. Desenvolver instrumentos de fomento à pesquisa na área da preservação ambiental.
18. Garantir o acesso seguro e racional de plantas medicinais e fitoterápicas à população que utiliza o SUS.
19. Promover a educação popular e educação permanente para profissionais de saúde e para a população, onde podem ocorrer oficinas com orientações sobre uso racional de plantas medicinais, aulas práticas para escolas primárias e outras ações de promoção da saúde.
20. Evitar a excessiva impermeabilização do solo através da criação de espaços públicos verdes.
21. Implementar de pavimentação permeável e drenante.
22. Criar plano de manejo do entorno dos reservatórios da RMC, com campanhas de reflorestamento e uso consciente da água.
23. Programa de transição do uso da água na prefeitura: garantir o uso consciente da água por parte da administração pública através da captação da água da chuva, reuso e tratamento de esgoto ecológico.
24. Realizar a manutenção constante da rede de água tratada, de modo a evitar desperdício por vazamentos.
25. Universalizar o saneamento básico: garantir o saneamento básico principalmente nas regiões periféricas da cidade e em áreas de ocupação urbana, com gestão pública e sem terceirização.

26. Fomentar um programa que instale tratamento de esgoto com bacia de evapotranspiração, biodigestor e banheiro seco para famílias de baixa renda.
27. Efetivar a fiscalização de despejo de esgoto e resíduos nos rios da cidade, seja por empresas, condomínios ou residências.
28. Despoluir, desassorear e descanalizar os rios como horizonte necessário para a garantia do abastecimento de água da cidade e retomada das áreas de preservação e matas ciliares dos cursos dos rios de forma adaptada à realidade da ocupação urbana.
29. Promover debates e atividades formativas nas escolas sobre segurança alimentar, soberania alimentar e conscientização sobre a produção de alimentos e a necessidade do combate ao desperdício.
30. Considerar transversais a todo currículo de educação municipal a educação ambiental, promovendo um uso sustentável das escolas, por meio do estímulo à economia de energia, ao uso responsável da água, à destinação correta dos resíduos e às hortas comunitárias, em que educadores, familiares e alunos se engajem na ocupação do espaço público escolar.
31. Criação de rede de educação ambiental com a presença de coletivos, movimentos, ecovilas, institutos e espaços de proteção ambiental para a imersão em iniciativas e espaços de preservação.
32. Fazer parcerias com as aldeias indígenas da cidade e RMC para que haja uma troca de conhecimentos e ensinamentos sobre o Teko Porã (bem viver) e grupos escolares e coletivos, para que estes possam aprender um pouco sobre a cultura indígena, que carrega em si um grande exemplo de preservação.
33. Garantir a transição energética, descarbonização e outras políticas de transição sem que isso aprofunde as desigualdades sociais.
34. Adequação dos edifícios com critérios de eficiência energética: garantir políticas de implantação de tetos verdes e garantia de conforto técnico, criando também um programa específico de eficiência energética que estimule a economia e promova a arquitetura e as tecnologias com o menor uso de energia elétrica.
35. Instalação progressiva de placas solares em prédios municipais (administração, escolas, postos de saúde entre outros).
36. Transformação do zoológico municipal em um santuário ecológico.

37. Instituir a Política de Preservação das Abelhas Nativas.
38. Aprofundar a atuação da Rede de Proteção Animal da prefeitura nas comunidades através da sensibilização, do suporte e da infraestrutura.
39. Criar um programa de castração para animais em situação de rua:
40. Realizar ações de conscientização sobre a causa animal mais abrangentes, conscientizando sobre a importância da posse responsável e da castração.
41. Proporcionar treinamento de atendimento ao público para os funcionários da Rede de Proteção Animal que tratam os protetores de forma insuficiente.
42. Efetivar a utilização do Centro de Referência para Animais em Risco (CRAR): o espaço do CRAR está subutilizado, mais canis devem ser construídos, aumentando a possibilidade de resgates por parte da prefeitura.
43. Ampliação do atendimento do serviço de resgate de animais atropelados: o serviço de resgate de animais atropelados deve passar a atender em horários mais amplos e deve ser intensificada sua divulgação para o conhecimento de toda a população. O banco de rações da prefeitura precisa atender também aos protetores, não somente às ONGs.
44. Contratação de mais fiscais para a fiscalização de maus tratos.
45. Proibição da venda de animais em Petshops.
46. Efetivar a gestão das UCs (Unidades de Conservação) municipais, de modo a garantir a preservação das áreas florestais remanescentes na cidade.
47. Criar áreas de preservação em terrenos que ainda apresentam relevante composição ecológica e ecossistemas ameaçados.
48. Instituir o programa de reflorestamento da cidade em vias públicas, praças e espaços vazios da cidade incluindo a criação de pomares de árvores nativas, ressaltando o valor das frutas de nossas florestas, e recuperação da mata ciliar dos rios que cortam a cidade.
49. Avaliar as potencialidades e necessidades na recuperação e preservação das Áreas de Preservação Permanentes (APPs) situadas em áreas efetivamente urbanizadas e de expansão urbana.
50. Criar novos modelos de gestão dessas APPs, com a participação das comunidades e parcerias com entidades da sociedade civil, principalmente nas regiões oeste e sul do município.

51. Estruturar parques lineares por meio de normas para a instalação de atividades de esporte, lazer, cultura e convívio da população, compatíveis com a função ambiental dessas áreas.
52. Criar políticas municipais de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA) e Instrumentos Econômicos de Conservação com um fundo específico para PSA Urbano.
53. Utilizar o ICMS ecológico ou IPTU Verde como mecanismos de transferência de renda, favorecendo as regiões mais pobres do município e articulando, de fato, uma política de PSA social.
54. Construção de planos de defesa civil e políticas de prevenção à desastres socioambientais assim como de prevenção a desastres socioambientais.
55. Implementação de educação climática nos espaços escolares e formativos.
56. Implementar políticas populares de construção de resiliência aos eventos extremos e de articulação contra a crise climática.
57. Promover a oferta de bebedouros públicos para acesso universal à água.
58. Priorizar a transparência e a participação popular, a fim de promover a responsabilidade socioambiental coletiva.
59. Garantir apoio a coletivos e iniciativas de micropolítica que tenham ação centrada na preservação e restauração ambiental.
60. Planejar a construção de ecobairros, bairros modelos na forma de se tratar água, energia e resíduos, além de rearboração e criação de espaços como hortas e pátios de compostagem. Fomentar, também, institutos de educação ambiental e permacultura e criar mecanismos para a circulação da moeda local. Para a escolha dos lugares beneficiados, se daria a preferência aos bairros que não recebem a devida atenção do poder público. O ecobairro seria um experimento a expandir para as demais áreas da cidade.
61. Criação de programa de formação continuada em permacultura: os aspectos práticos da permacultura constituem saídas concretas ao discurso ambiental, por isso é tão importante difundi-los e popularizá-los, seja em parceria com a comunidade acadêmica ou por iniciativa popular.
62. Fomentar projetos de iniciativa popular ou acadêmica para desenvolvimento da permacultura no município.

63. Criar um programa de uso de bambu e técnicas de bioconstrução para construção de casas populares.
64. Conscientizar sobre o uso dos descartáveis e plásticos: criar campanhas para conscientizar a população curitibana sobre a poluição por resíduos descartáveis, além de incentivar o uso de embalagens retornáveis e zerar o uso de descartáveis na administração pública e na sociedade progressivamente.
65. Zerar resíduos orgânicos: quase metade dos resíduos destinados ao aterro é orgânico. Transportar esse tipo de resíduo para enterrar é desperdício de dinheiro público, por isso vamos fazer um plano de transição para zerar o resíduo orgânico no aterro até 2030.
66. Implantar pátios de compostagem em diversos pontos da cidade de preferência conectados as hortas comunitárias, e incentivar grupos e coletivos de compostagem.
67. Fazer a transição para um modelo em que cooperativas de catadores e recicladores façam a coleta e a destinação dos recicláveis com maior autonomia.
68. Promover o recolhimento e reaproveitamento de resíduos da construção civil em obras públicas, zerando este tipo de resíduo que pode ser revertida em produtos ou serviços da comunidade, incentivando, assim, a economia solidária.
69. Incentivar o uso de embalagem recicladas e recicláveis/ compostáveis para os alimentos orgânicos.
70. Realizar a avaliação das áreas de proteção ambiental ocupadas onde houver ocupações consolidadas.
71. Criar novos parques e projetos de arborização.
72. Propor a regulamentação da poluição visual e de publicidades em espaços públicos.
73. Respeito aos direitos territoriais das comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas: fortalecer as políticas de apoio aos indígenas na cidade, com a reestruturação e ampliação da Casa de Passagem Indígena, a fim de melhor acolher as famílias.
74. Criar redes de trocas e de doações através de aplicativo e redes sociais, propiciando uma economia solidária com menos consumo e mais apoio entre os moradores de Curitiba.

7- SEGURANÇA

*Polícia para quem precisa
Polícia - Titãs*

Identificamos ao menos duas tendências históricas no campo da segurança pública. A primeira e mais dramática é a militarização das forças policiais e deve ser combatida, pois trata-se do agravamento da violência estatal que atinge sobretudo as classes trabalhadoras e os mais pobres com níveis distintos de violência e perversidade. Segundo o levantamento da Defensoria Pública do Estado do Paraná (DPE-PR), em parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), das 52 denúncias de violência praticadas pela Guarda Municipal (GM) de Curitiba entre 2017 e 2022, 40% foram contra pessoas em situação de rua.

É justamente sobre esse processo de militarização do aparato repressivo, que se acelerou muito nas últimas décadas, que devemos atuar. Esse fenômeno tem razão de existir, ele está calcado na dinâmica da luta de classes e se apresenta de formas variadas no cenário global, tendo também sua especificidade no cenário nacional. É uma ação das classes dirigentes que necessitam reorganizar e desenvolver o aparelho repressivo a fim de garantir a aplicação do seu programa no estágio neoliberal de acumulação capitalista. Em nível local isso se expressa em maior repressão e policialização das políticas públicas. Tal policialização tem caráter militarizado no Brasil. Portanto, o papel do partido é combater a militarização das forças policiais em todos os níveis, inclusive nos municípios brasileiros.

A segunda tendência é justamente a municipalização da segurança pública brasileira. Longe de ser uma política dirigida e organizada desde o governo federal, ou seja, uma reforma de fato, ela tem sido conduzida por pressão popular por mais segurança – tendo respostas eleitoreiras – e pela organização e luta política das categorias de Guardas Municipais que avançam no lobby político junto ao Congresso Nacional. Essa tendência interessa ao campo popular e deve ser disputada. Entendemos que já estamos em desvantagem nesta corrida uma vez que a militarização já se faz presente nas

Guardas Municipais, todavia, enquanto um partido que defende e acredita em reformas estruturais profundas na sociedade e no Estado, devemos disputar esse processo de forma propositiva sem renunciar à crítica a violência estatal que se materializa de maneira cruel nas inúmeras ações das Guardas Municipais e das demais polícias do país. A cidade de Curitiba conta com um conjunto de instrumentos capazes de operar boas políticas públicas de segurança, desde que orientados pela lógica da segurança enquanto direito social fundamental de caráter universal indispensável a uma vida digna e não pela lógica da guerra, típica das “mentes militarizadas”.

Além da Guarda Municipal, a cidade já tem um Fundo Municipal de Segurança, um Conselho Municipal e uma Secretaria de Defesa Social que abriga a GM. Estes espaços e instrumentos precisam ser ampliados, democratizados e orientados a partir de outra perspectiva. O controle da atividade da Guarda Municipal deve ser prioridade, entendemos que a tecnologia aplicada, como câmeras de monitoramento nas viaturas e uniformes dos servidores e servidoras, são instrumentos preciosos, mas sozinhas não podem solucionar os problemas de desvio de conduta nem de práticas violentas. É preciso criar espaços de controle popular externo as atividades da GM. Espaços de debate e avaliação da política pública de segurança, de maneira que os trabalhadores e trabalhadoras tenham vez e voz sobre os rumos das políticas públicas de segurança e a defesa social.

Manteremos o diálogo permanente com os trabalhadores e trabalhadoras da Guarda Municipal, buscando atender suas demandas e perspectivas sobre planos de cargos e salários, jornada de trabalho e a própria recomposição do quadro de servidores e servidoras. A partir desses marcos e tendências históricas no campo da segurança pública, propomos:

1. Desmilitarizar a Guarda Municipal.
2. Encaminhar as atividades da Guarda Municipal de acordo com a lógica da segurança enquanto direito social fundamental, combatendo a lógica da repressão violenta típica do militarismo, o que envolve a formação continuada dos agentes em questão.

3. Reformar o Conselho Municipal de Segurança Pública, na intenção de democratizar esse espaço e dar efetividade a sua atuação.
4. Impulsionar a organização de Conferências Municipais de Segurança Pública.
5. Criar espaços de debate que estimulem a participação e o controle popular e possibilitem a avaliação e proposição das políticas públicas de segurança e defesa social.
6. Apresentar Planos Municipais de Segurança amplamente debatidos com a sociedade, a partir das diretrizes de uma segurança pública como direito social fundamental de caráter universal e indispensável a uma vida digna.

8- CIDADE, CIDADANIA E DIVERSIDADE

*Se o mundo fosse livre
Poderíamos reinventá-lo
Seríamos então seres humanos
Melhor preparados
Menos frustrados
Mais amados*

Virgínia Guitzel

Estamos diante de um momento decisivo, um ponto de inflexão na história de nossa cidade. O futuro que almejamos é um horizonte de igualdade, em que as opressões de hoje serão páginas viradas no amanhã. Nossa campanha é o início de uma nova narrativa para Curitiba, uma narrativa escrita com as cores da diversidade e as vozes da inclusão.

Nós, do PSOL e da REDE, nos comprometemos a construir um governo que olha para frente, mas sem esquecer as lições do passado. Um governo que reconhece a riqueza cultural dos povos indígenas, que celebra a força e a resiliência da negritude, que luta pela igualdade de gênero, que abraça a comunidade LGBTQIAPN+, que investe na energia e nas ideias da juventude, que respeita a sabedoria e a experiência da pessoa idosa, e que garante a acessibilidade e a inclusão da pessoa com deficiência.

Nosso programa é um convite à ação. É um chamado para que cada cidadão e cidadã de Curitiba se torne coautor dessa transformação. Juntos, podemos desenhar um futuro em que a opressão não tenha lugar, onde cada indivíduo tem voz e vez, e onde a justiça social não é apenas um ideal, mas uma realidade tangível.

Por uma Curitiba para quem mais precisa, avançamos com coragem e esperança.

Povos Indígenas

Curitiba é terra indígena. A origem do nome da capital paranaense não deixa dúvidas quanto a isso. Em resgate da nossa ancestralidade, a própria Câmara Municipal de Curitiba reconheceu que está localizada em território

Kaingang e Guarani, onde arqueologia e estudos antropológicos afirmam que sua tomada pelos colonos europeus foi hostil, diferentemente do mito do Tindiquera tão louvando pelo atual prefeito Greca.

Infelizmente, as políticas públicas do município sob a gestão de Greca e Pimentel não refletem esse importante aspecto da nossa cidade. A Casa de Passagem e Cultura Indígena de Curitiba recebe ataques por parte do governo municipal periodicamente.

Em uma Curitiba que é regida pela especulação imobiliária, os territórios indígenas e a Casa de Passagem são um incômodo. Além disso, não há como separar a causa indígena da luta pelo meio ambiente. Em Curitiba, Greca e Pimentel vêm fazendo uma gestão voltada para os empresários, em que os interesses social e ambiental são postos de lado em benefício do lucro de poucos.

Por isso, afirmamos nosso compromisso com as pautas dos povos indígenas e com um programa Ecosocialista, para que os indígenas sejam atores ativos na elaboração das políticas públicas.

PROPOSTAS:

1. Promover, como política de Estado, a cidadania de povos indígenas e tradicionais.
2. Vetar leis que afetem negativamente as comunidades indígenas e tradicionais.
3. Criar o Plano Municipal de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos Indígenas, elaborado em conjunto com a sociedade civil, com o objetivo de implementar políticas públicas para os povos indígenas.
4. Criar a Coordenação Municipal da Cidadania e Direitos Humanos de Povos Originários dentro da estrutura do Executivo Municipal.
5. Criar o Conselho Municipal da Cidadania e Direitos Humanos Povos Originários, com representação paritária entre sociedade civil e governo, para garantir que o diálogo entre população e governo seja contínuo.

6. Criação do Conselho Municipal dos Povos Tradicionais e Indígenas, um conselho consultivo composto por representantes das comunidades indígenas para participar ativamente na formulação de políticas públicas.
7. Fazer parcerias com as aldeias indígenas da cidade e RMC para que haja uma troca de conhecimentos e ensinamentos sobre o Teko Porã (bem viver) e grupos escolares e coletivos, para que estes possam aprender um pouco sobre a cultura indígena, que carrega em si um grande exemplo de preservação.
8. Garantir o direito das populações vulneráveis e povos tradicionais ao uso da terra, bem como fortalecer as políticas de apoio à indígenas na cidade, com a reestruturação e ampliação da Casa de Passagem Indígena, a fim de melhor acolher as famílias.
9. Promover ações voltadas tanto à preservação de sua memória e ancestralidade, bem como à salvaguarda de seus patrimônios culturais e religiosos.
10. Promoção de festivais e eventos culturais que visem dar visibilidade à cultura indígena.
11. Organizar estratégias voltadas à educação e resgate cultural junto à juventude dos povos indígenas, quilombolas e tradicionais, considerando tanto a educação de base (em aldeias, quilombos, territórios ribeirinhos, entre outros) quanto o estímulo à formação universitária de nível superior dos povos.
12. Fortalecer a educação indígena e quilombola, com investimentos para a melhoria das instalações, equipamentos e formação de professores.
13. Efetivar o ensino da história e cultura indígena brasileira, paranaense e curitibana nos currículos escolares, promovendo a valorização e respeito pelas tradições indígenas entre os estudantes da Rede Municipal de Ensino.
14. Realizar campanhas de saúde específicas para atender as necessidades das populações indígenas, incluindo programas de vacinação e prevenção de doenças.
15. Criar programas de incentivo ao empreendedorismo indígena, incluindo a disponibilização de microcréditos e capacitação profissional.
16. Organização de feiras regulares para a venda de artesanato e produtos agrícolas indígenas, promovendo a economia local e a valorização dos produtos tradicionais.

Negritude

A candidatura à prefeitura do PSOL e da REDE carrega consigo a coragem e compromisso para combater efetivamente o racismo em Curitiba.

Sendo ela a capital mais negra da região Sul, é um absurdo que a narrativa difundida seja da “capital europeia no Brasil”, enquanto a população negra segue discriminada e prejudicada pelo racismo estrutural, além de ser jogada institucionalmente às margens da elaboração de políticas públicas municipais.

Por isso, não mediremos esforços para garantir o direito à dignidade e bem viver também para a negritude do município, promovendo democrática e efetivamente o acesso a cidade, independente de raça, gênero, orientação sexual, escolaridade, crença e, principalmente, local de residência. Esta é uma luta justa e urgente, porque, para alcançarmos um horizonte de equidade racial, que considera as particularidades de cada indivíduo para promover justiça social, faz-se necessário um compromisso concreto para isso, sendo indispensável que o Estado promova políticas afirmativas de atenção focal, com distribuição de aparelhos públicos e agenda prioritária às regionais preteridas por uma política estruturalmente racista, que privilegia com aparelhos zonas e cidadãos que já têm acesso enquanto outras não possuem o básico.

Tornaremos Curitiba a capital da equidade! Toda a população deve ter seus direitos constitucionais garantidos e, sem políticas afirmativas que abranjam o acesso à justiça, saúde, educação, trabalho e transporte, e ignorando essas demandas no orçamento público, seguiremos perpetuando as desigualdades para quem as sente na carne diariamente.

Propostas por área:

Políticas públicas

1. Facilitar, promover e fortalecer o Conselho Municipal de Política Étnico Racial, a fim de garantir a efetividade de suas propostas.

2. Ampliar as políticas de moradia municipais, permanentes e temporárias, com recorte étnico-racial, atendendo a população afrodescendente, indígena e cigana curitibana, respeitando suas características e especificidades.
3. Realizar consultas populares para revisão e renomeação de praças, ruas e outros espaços públicos que homenageiam ditadores do Regime Militar, bandeirantes e demais indivíduos que contribuíram ativamente para a dizimação das populações africanas e indígenas.

Segurança e funcionalismo público:

1. Garantir capacitações antirracistas ministrados por organizações da sociedade civil para a Guarda Municipal reconhecidas por seu trabalho de equidade racial, estendendo em sua devida proporção a servidores públicos, com controle social e devida transparência.
2. Incentivar ações de educação antirracista na Rede Municipal de Ensino, com a participação de agentes culturais da comunidade dos diferentes territórios, em complemento à já existente Lei nº 10.639, em vigor desde 2003, que torna obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira em todas as escolas públicas e particulares da educação básica no Brasil.

Acesso à cultura, educação, esportes e lazer:

- 1- Promover cursos preparatórios que auxiliem a juventude pobre e periférica a elaborar e submeter projetos sócio-culturais, conectando pequenos agentes culturais a recursos públicos com ênfase na cultura popular.
- 2- Disponibilizar apoio infraestrutural para eventos e artistas do hip-hop, grafite, batalhas de rima e poesia, além das inúmeras demais manifestações artísticas periféricas, garantindo sua inclusão nos calendários e canais de divulgação oficiais, para amplo conhecimento e respeito, descentralizando o eixo de eventos que privilegia o centro da cidade.
- 3- Propor a Agenda da Consciência Negra na Rede Municipal de Ensino e comunidade externa, com campanhas nos canais oficiais, digitais e impressos, além de parcerias com as instituições de ensino superior públicas, integrando

nessa elaboração as esferas municipal, estadual e federal, além de OSCs com trabalho relevante sobre o tema.

Trabalho

- 1- Criar centrais de atendimento a trabalhadores de aplicativos, com banheiros, postos de reidratação, alimentação e descanso.
- 2- Facilitar o acesso a cursos públicos profissionalizantes, visando a conquista, pelos jovens, de postos de trabalho não precarizados, como o atendimento de telemarketing,
- 3- Facilitar acesso aos cursos profissionalizantes para egressos do sistema carcerário ou em situação de rua, para qualificar seus currículos para processos seletivos.

Turismo

- 1- Desconstruir o mito da “capital europeia”. Incluindo outros marcos à rota oficial da Linha Turismo, como por exemplo a Sociedade 13 de Maio e outros pontos da Linha Preta, em uma demonstração relevante que enalteça também a presença desses povos, encarando o passado como uma lição a não ser repetida no presente e no futuro.
- 2- Criar o memorial e Museu Afro-brasileiro e Indígena de Curitiba, para compensar o apagamento sistemático de origens e tradições que ocorreu em função da cor da pele.

Saúde

- 1- Promover formação antirracista permanente para as funcionárias e funcionários públicos das UBS, CRAS, CAPS e da FAS.
- 2- Fortalecer o Centro de Atendimento Enedina Alves Marques (Creafro), para as vítimas de racismo, com inclusão dos dados oficiais às pesquisas que devem reger as leis de distribuição do orçamento.

3- Garantir assistência preferencial para famílias chefiadas por mulheres negras e indígenas, levando em consideração suas especificidades e autonomia.

Mulheres

Acreditamos que a construção de uma outra sociedade, onde as mulheres são livres de todo tipo de opressão e violência, só será alcançada com a luta antirracista, antiimperialista, anticapitalista, antiLGBTfóbica e ecossocialista. É urgente avançar em políticas que combatam o sexismo, o assédio, a violência de gênero, o abuso moral no local de trabalho, o racismo estrutural, a brutalidade policial, os desastres ecológicos e a desapropriação intensificada, pois todas essas violências impactam diretamente a vida das mulheres. Na sociedade em que vivemos, a desigualdade de gênero se expressa de inúmeras formas: no mercado de trabalho, nas tarefas domésticas e de cuidado, na autonomia ao próprio corpo, no acesso à educação.

As mulheres chefiam 35% das famílias brasileiras e mesmo assim possuem média salarial menor que a dos homens e têm menor inserção no mercado de trabalho formal - a taxa diminui ainda mais após licença maternidade - Curitiba é a 4ª cidade no ranking de desigualdade salarial de gênero. Além das dificuldades enfrentadas no mercado formal de trabalho, as mulheres também sofrem com a distribuição desigual do trabalho doméstico não remunerado. Compreendido como trabalho reprodutivo, o trabalho doméstico é quase sempre invisibilizado e desvalorizado, compondo as duplas (triplas, quádruplas) jornadas de trabalho das mulheres. Segundo dados de 2020 do IBGE, por semana, as mulheres dedicam, 10,4 horas a mais que os homens aos afazeres domésticos ou cuidado de pessoas, o que também dificulta a inserção no mercado, além de gerar sobrecarga física e mental para as mulheres. O trabalho do cuidado precisa ser cada vez mais socializado, e o Estado pode cumprir um papel essencial nesse processo, com campanhas de conscientização sobre o valor do trabalho doméstico e da importância de atingir a equidade de gênero também nos afazeres dentro de casa. Além disso, o poder público pode contribuir através da disponibilização de creches, escolas de qualidade, moradia digna, serviços comunitários e acessíveis.

O Paraná tem um cenário de violência contra a mulher que é preocupante. Segundo dados da Polícia Civil do Paraná, no nosso estado, mais de 95% das agressões contra mulheres são de autoria de pessoas identificadas pelo sexo masculino; 86% dos feminicídios nos últimos anos foram cometidos por (ex)parceiros ou outro familiar, sendo que 72% dos crimes cometidos contra mulheres acontecem por pessoas com relação íntima de afeto (atual ou anterior), e 81% dos crimes cometidos contra mulheres ocorrem dentro de casa. Curitiba tem a maior quantidade de casos no estado e precisamos agir de forma efetiva para proteger as mulheres, combatendo toda e qualquer forma de violência. Seja no mundo do trabalho, dentro de casa ou nos serviços públicos, as mulheres sofrem cotidianamente violências que precisam ser combatidas. As mulheres representam 59,18% dos usuários do transporte público de Curitiba (Ippuc) e não se sentem seguras em relação à importunação sexual, assédio e outros riscos a que estão expostas. Seja através de campanhas de conscientização nas comunidades e bairros, em espaços públicos e instituições, seja através da criação de políticas que assegurem a integridade psicológica e física das mulheres em qualquer lugar, é fundamental garantir o bem-estar das mulheres curitubanas e a possibilidade de pleno acesso à cidade. A saúde integral da mulher é garantida quando se tem uma vida livre de violência física, psicológica e moral, além de um sistema de saúde que proporcione atendimento humanizado e de qualidade, sem violência e abusos, respeitando nossas escolhas e direitos.

Propostas:

- 1- Promover campanhas educativas sobre o tema feminicídio, especialmente voltado para o conhecimento e para a possibilidade de penalização do agressor, como forma de obstaculizar ações, por meio do conhecimento.
- 2- Incentivar e fomentar a aplicação da Lei Maria da Penha e a Lei do Feminicídio para a proteção de mulheres transexuais e travestis, independentemente dos registros civis e da realização de procedimentos médicos de feminilização.

- 3- Promover formação aos servidores e servidoras da saúde para acolhimento de vítimas de violência física e sexual.
- 4- Implementar educação permanente para os policiais militares, civis e a guarda municipal para o atendimento humanizado às mulheres em situação de violência.
- 5- Incentivar à criação de redes solidárias ao combate da violência doméstica.
- 6- Aumentar o número das vagas de unidade de abrigo de mulheres vítimas de violência, de forma proporcional ao número de mulheres habitantes da cidade, garantindo o acesso às mulheres com necessidades especiais, idosas e com crianças de colo.
- 7- Promover, no âmbito da administração pública municipal, campanhas de combate à discriminação contra mulher, garantindo que servidoras municipais tenham acesso a canais de denúncia e acolhimento para tratamento de casos de assédio moral e sexual.
- 8- Promover políticas públicas específicas de inclusão no mercado de trabalho e renda, visando atingir mulheres em situação de vulnerabilidade social.
- 9- Reestruturar e fortalecer o Conselho Municipal das Mulheres, privilegiando o diálogo com a sociedade civil na construção de políticas públicas, com o objetivo de combate à discriminação de gênero.
- 10- Promover campanhas contra o assédio sexual, em especial no transporte público.
- 11- Promover políticas, no âmbito da saúde municipal, de combate à violência obstétrica, privilegiando ações que visem informar gestantes e capacitar equipes de atendimento, a fim de garantir um atendimento humanizado.
- 12- Fomentar debates e formações sobre saúde da mulher e pessoas que gestam, reconhecendo as necessidades específicas de mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais no acesso ao serviço básico de saúde, garantindo que o atendimento ofertado não promova a discriminação.
- 13- Garantir acesso e atendimento respeitoso a quem busca o serviço de saúde para planejamento familiar, métodos contraceptivos ou aborto legal.
- 14- Implantar políticas de habitação diferenciadas que contemplem mulheres solteiras ou divorciadas que são responsáveis pelo sustento da família.

15- Implantar uma política de habitação para a população em situação de rua, com prioridade de atenção às mulheres, pois estas e seus filhos estão em condição de maior vulnerabilidade à violência física e sexual nas ruas.

LGBTQIAPN+

Curitiba é uma cidade extremamente diversa e que representa a resistência em sua expressão mais legítima. Em 1983, quase 300 pessoas acompanharam o funeral da travesti em situação de rua Gilda, que vivia pela Boca Maldita. A população curitibana se juntou para instalar uma placa de saudades à travesti, retirada pouco tempo depois.

Em 2022, a placa em homenagem à Gilda voltou para a Boca Maldita. Entretanto, a prefeitura de Curitiba de Greca e Pimentel, multou o artista que instalou a placa como propaganda irregular. Esses movimentos demonstram que o conservadorismo ainda é forte na capital, mas que há uma potência de força que luta pela diversidade. Essa força aparece na Marcha da Diversidade e na Parada LGBTQIAPN+ que têm palco na capital paranaense e sempre reúnem milhares de pessoas.

Apesar disso, a violência LGBTIfóbica é muito presente em Curitiba, assim como no resto do Brasil. Segundo o relatório da Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros e Intersexuais (ILGA), o Brasil ocupa o primeiro lugar nas Américas em quantidade de homicídios de pessoas LGBTQIAPN+ e é o líder em assassinato de pessoas trans no mundo. De acordo com o Dossiê dos Assassinatos e da Violência contra Pessoas Trans de 2019, da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), o estado do Paraná é o sexto mais violento para população trans.

Neste ano um caso chocou a capital, quando Oziel Branques dos Santos foi assassinado em um biarticulado ao tentar defender um casal LGBTQIAPN+ de crime de ódio. Isso demonstra que precisamos, urgentemente, desenvolver políticas públicas municipais que atendam esta população. A LGBTIfobia fere a dignidade humana e impede o exercício pleno da cidadania e do direito à cidade, além de demonstrar a fragilidade de nossa segurança pública.

A violência contra a comunidade LGBTQIAPN+ também aparece na falta de moradia, no subemprego, principalmente de pessoas trans, e na falta de

escolaridade. Por isso, há a necessidade da descentralização das políticas, a fim de incluir de fato as pessoas LGBTQIAPN+ em todas as esferas da sociedade.

Para pensarmos uma Curitiba para quem mais precisa e para além do conservadorismo, temos que pensar na população LGBTQIAPN+ e em nossa relação com a cidade, para que tenhamos nosso espaço garantido e respeitado numa Curitiba que é, também, nossa.

1. Promover, como política de Estado, a cidadania à comunidade LGBTQIAPN+.
2. Vetar leis que afetem negativamente a comunidade LGBTQIAPN+.
3. Criar o Plano Municipal de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBTQIAPN+, elaborado em conjunto com a sociedade civil, com o objetivo de implementar políticas públicas para a comunidade LGBTQIAPN+.
4. Criar a Coordenação Municipal da Cidadania e Direitos Humanos LGBTQIAPN+ dentro da estrutura do Executivo Municipal.
5. Fortalecer o Conselho Municipal da Cidadania e Direitos Humanos LGBTQIAPN+, com representação paritária entre sociedade civil e governo, para garantir que o diálogo entre população e governo seja contínuo e que as propostas se efetivem.
6. Promover, em conjunto com ONGs e coletivos LGBTQIAPN+, ações de promoção da cidadania e dos direitos LGBTQIAPN+.
7. Qualificar profissionais da saúde e da educação para o atendimento humanizado em relação às pessoas LGBTQIAPN+, bem como garantir a utilização do nome social.
8. Garantir oportunidades de ampliação da escolaridade e educação permanente à comunidade LGBTQIAPN+, principalmente a população trans, por meio de programas de incentivo.
9. Instaurar critérios de prioridade para vulnerabilidades específicas dentro da comunidade LGBTQIAPN+ nos programas de transferência de renda, trabalho e moradia, garantindo a equidade.
10. Estabelecer acolhimento institucional especializado a menores de idade LGBTQIAPN+ vítimas de expulsão de casa.

11. Estabelecer Casas de Passagem e repúblicas LGBTQIAPN+ especializadas, além de Instituições de Longa Permanência para pessoas idosas LGBTQIAPN+, com foco nas periferias.

12. Estimular serviços de convivência e fortalecimento de vínculos da comunidade LGBTQIAPN+ dentro dos centros de acolhimento, bem como a promoção da cultura.

13. Pesquisar e registrar os dados de pessoas LGBTQIAPN+ em situação de vulnerabilidade, a fim de elaborar um programa de acolhimento.

14. Protocolar e registrar denúncias ligadas à LGBTIfobia, a fim de dar um direcionamento para possíveis intervenções.

Juventude

Economia e trabalho

Dados da PNAD (IBGE) apontam que no Paraná, o percentual de jovens entre 15 e 29 anos desempregados era de 7,5% em 2016. Proporcionalmente, o desemprego aumentou mais nessa faixa etária que entre 30 e 59 anos. Mesmo quando se está trabalhando, boa parte dessas ocupações são informais e/ou precárias, como é o caso do fenômeno dos trabalhos por aplicativo.

A Prefeitura precisa criar programas de incentivo à contratação de jovens sem diminuição de direitos trabalhistas.

Cultura e Lazer

Mais do que trabalhar, a juventude também deve ter direito de acesso à cultura e ao lazer. Hoje, esses direitos são negados à juventude periférica, dado que os principais aparelhos culturais estão concentrados no centro da cidade. Diante disso, propomos:

1. Descentralizar os aparelhos culturais, com distribuição dos mesmos nas periferias.
2. Criar programas de incentivo à cultura, como cursos gratuitos de música, dança, artes plásticas, artes visuais, entre outros.

3. Cultura da e para as periferias: valorizar o que é culturalmente produzido nas periferias, dando visibilidade e estrutura para o desenvolvimento dessas expressões e seus artistas.

Segurança pública

A juventude negra e periférica é a principal vítima do atual modelo de segurança pública. No Brasil, 80% das vítimas de violência são pessoas negras e pardas, de acordo com o Atlas da Violência de 2021. Também a nível nacional, a cada 100 mortos pela polícia, 65 são negros (Atlas da Violência - 2021). Essa realidade também se expressa à sua maneira na cidade de Curitiba, onde a juventude negra e periférica é quem mais sofre com os efeitos da criminalidade e da violência policial.

Promover a desmilitarização das polícias a nível estadual e realizar treinamento pautado em direitos humanos para a guarda civil municipal.

Pessoa idosa

Os dados do Censo 2022, divulgados em 2023 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revelam um significativo aumento na parcela de pessoas idosas no Paraná. Atualmente, o estado abriga 1,9 milhão de indivíduos com 60 anos ou mais, o que corresponde a 16% da sua população. Esse número representa quase o dobro do registrado há 22 anos, quando os idosos compreendiam apenas 8,4% dos residentes nos 399 municípios paranaenses. Em Curitiba a população acima de 60 anos subiu de 12,9% para 18,1% entre 2010 e 2022, passando de 225 mil para quase 322 mil pessoas.

Considerando o cenário demográfico em constante mudança e as necessidades específicas da população idosa, apresentamos as seguintes propostas objetivando reduzindo vulnerabilidades e combater as violações de direitos:

1. Saúde integral: Implementar programas de saúde voltados para a prevenção e tratamento de doenças comuns na terceira idade, como diabetes, hipertensão e doenças cardiovasculares.

2. Investir em equipes multidisciplinares em unidades básicas de saúde para atendimento especializado aos idosos.
3. Moradia adequada: promover de programas habitacionais específicos para idosos de baixa renda, garantindo moradia digna e acessível, com adaptações necessárias para facilitar a mobilidade e a segurança dentro dos domicílios.
4. Transporte acessível: ampliar do acesso ao transporte público gratuito para os idosos, garantindo sua mobilidade e facilitando o deslocamento para atividades de lazer, saúde e integração social.
5. Atenção Social e Psicológica: Criar centros de convivência e apoio psicossocial para idosos, oferecendo atividades recreativas, culturais e de convívio social, além de acompanhamento psicológico e apoio emocional para enfrentar os desafios próprios do envelhecimento.
6. Combate à violência e à discriminação: implementar campanhas de conscientização e medidas de combate à violência física, psicológica e financeira contra os idosos, bem como a promoção de políticas de inclusão e valorização desse grupo na sociedade.
7. Acesso à cultura e educação: estímulo à participação dos idosos em atividades culturais, educacionais e de lazer, por meio da oferta de cursos, oficinas e eventos específicos para esse público, visando sua integração e desenvolvimento pessoal contínuo.
8. Criar de um mecanismo público de fiscalização de cumprimento de leis federais, estaduais e municipais, como por exemplo da Lei Estadual nº 21.685/2023, que garante a reserva de passagens rodoviárias intermunicipais gratuitas ou com desconto para pessoas com 65 anos ou mais, que dificilmente é concretizada pelas empresas que tentam dificultar o acesso.
9. Criar um sistema de fiscalização de cumprimento das leis que protegem e promovem os direitos conquistados pela pessoa idosa.
10. Ampliar a campanha Junho Violeta para Ano Violeta, em razão do aumento das violências sofridas pelas pessoas idosas, com a ampla divulgação do Disque Idoso (0800 141 0001).
11. Promover a articulação de órgãos governamentais e não governamentais, para a implementação da Política Nacional do Idoso.

12. Promover a adequação e o aperfeiçoamento da legislação municipal relativa à pessoa idosa.
13. Extinguir a necessidade do pagamento do estacionamento rotativo para quem tiver credencial de pessoa idosa válida, dentre outras)

Essas propostas refletem o compromisso do PSOL e da REDE com a promoção da justiça social e a defesa dos direitos humanos, garantindo que a população idosa de Curitiba tenha acesso digno aos serviços públicos e possa desfrutar de uma vida plena e com qualidade.

Pessoa com deficiência

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou os resultados do módulo "Pessoas com Deficiência" da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) na terceira coleta de 2022, a pesquisa revelou que aproximadamente 18,9 milhões de pessoas, o que representa 8,9% da população total, possuem algum tipo de deficiência no Brasil.

Segundo a mesma pesquisa, o Estado do Paraná possui o mesmo índice que a média nacional de pessoas com deficiência, ou seja: 8,9% de sua população.

Políticas Públicas para a Proteção e Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência:

Considerando a relevância e a necessidade de políticas inclusivas e acessíveis para as pessoas com deficiência, a Federação PSOL-REDE apresenta as seguintes propostas de políticas públicas para inclusão no plano de governo da prefeitura de Curitiba em 2024:

1. Acessibilidade universal: implementar medidas para garantir a acessibilidade universal em espaços públicos, edifícios, transporte e comunicação, conforme previsto na Lei Brasileira de Inclusão (Estatuto da Pessoa com Deficiência), visando eliminar barreiras físicas e sociais que impedem a participação plena dessas pessoas na sociedade.
2. Educação inclusiva: fortalecer e expandir programas de educação inclusiva, com o objetivo de garantir o acesso de crianças, adolescentes e

adultos com deficiência a uma educação de qualidade, em escolas regulares e especializadas, promovendo a igualdade de oportunidades e o desenvolvimento integral.

3. implementar políticas de inserção profissional por meio de ações educativas, selos honoríficos, capacitação profissional específica, adaptação dos ambientes laborais e garantia de condições dignas de trabalho e remuneração.

4. Saúde e Assistência Social: ampliar e promover a melhoria dos serviços de saúde e assistência social voltados para as pessoas com deficiência, garantindo o acesso a tratamentos médicos especializados, reabilitação, terapias, apoio psicossocial e benefícios sociais, com enfoque na autonomia e na qualidade de vida.

5. Cultura, Esporte e Lazer: promover políticas culturais, esportivas e de lazer inclusivas, com a oferta de atividades e eventos acessíveis e adaptados às diferentes necessidades e interesses das pessoas com deficiência, visando sua integração social, participação ativa e desenvolvimento pessoal.

6. Combate à discriminação e violência: implementar ações de combate à discriminação, preconceito e violência contra as pessoas com deficiência, por meio de campanhas de sensibilização, formação de profissionais e fortalecimento dos mecanismos de proteção e garantia de direitos.

7. Promover a articulação, com órgãos governamentais e não governamentais, para ações voltadas à inclusão e proteção da pessoa com deficiência.

8. Promover a adequação e o aperfeiçoamento da legislação municipal relativa à pessoa com deficiência.

9. Extinguir a necessidade do pagamento do estacionamento rotativo para quem tiver credencial de pessoa com deficiência válida, dentre outras.

10. Criar mecanismos públicos de fiscalização de cumprimento de leis federais, estaduais e municipais que promovam os direitos das pessoas com deficiência.

Essas propostas refletem o compromisso do PSOL e da REDE com a promoção da inclusão social, a defesa dos direitos humanos e a construção de

uma cidade mais justa e igualitária, onde todas as pessoas, independentemente de suas habilidades e características, tenham oportunidades iguais de participar ativamente na vida em sociedade.

9- CULTURA, ESPORTE E LASER

*Por isso uma força me leva a cantar
Por isso essa força estranha
Por isso é que eu canto, não posso parar
Por isso essa voz tamanha*

Força estranha - Caetano Veloso

As formas culturais de uma sociedade são moldadas pelas relações de produção e pela estrutura econômica dessa sociedade. Ou seja, a cultura reflete as relações de poder e dominação presentes em uma determinada formação social.

A base da sociedade é econômica, e as relações de produção determinam a superestrutura, que inclui a política, a religião e a cultura. Isso significa que a cultura de uma sociedade é influenciada e moldada pelas relações de classe e pela luta de classes. Dessa forma, a cultura tende a servir aos interesses da classe dominante, reforçando e legitimando as desigualdades sociais.

Nesse referencial, a cultura, se apresenta também como um meio de reprodução ideológica, ou seja, como uma forma de perpetuar as ideias e valores que sustentam o status quo. À vista disso, a cultura dominante é muitas vezes utilizada para manter as pessoas alienadas e impedir que reconheçam as contradições do modo de produção que vivemos. Além disso, o conceito permite que enfatizemos a importância da luta cultural como parte da luta de classes. Por isso, buscaremos promover uma cultura que desafie as estruturas de poder existentes e que contribua para a conscientização e mobilização da classe trabalhadora e dos grupos sociais que sofrem as mais variadas formas de opressão.

Diagnóstico sobre os editais de cultura do município

Falta de transparência: muitas vezes, os critérios de seleção e os processos de avaliação dos editais de cultura não são claros, o que pode gerar

dúvidas e desconfiança entre os candidatos. A falta de transparência pode levar a suspeitas de favoritismo ou nepotismo.

Exclusão de grupos minoritários: os editais podem não ser suficientemente inclusivos e acessíveis para grupos minoritários, como comunidades indígenas, povos afrodescendentes, pessoas com deficiência, entre outros. Isso pode resultar em uma falta de representatividade e diversidade nos projetos culturais financiados.

Burocracia excessiva: processos burocráticos complicados e exigências excessivas de documentação podem dificultar a participação de artistas e grupos culturais, especialmente aqueles com menos recursos e experiência administrativa.

Baixo orçamento: os recursos financeiros alocados para os editais de cultura podem ser insuficientes para atender às necessidades da comunidade cultural local. Isso pode limitar o número de projetos financiados e reduzir o impacto das iniciativas culturais.

Falta de continuidade: a falta de continuidade nos programas de financiamento cultural pode dificultar o planejamento a longo prazo e a sustentabilidade dos projetos. Muitas vezes, os editais são lançados de forma esporádica e inconsistente, o que dificulta o desenvolvimento de iniciativas culturais de longo prazo.

Centralização de recursos: em alguns casos, os recursos culturais podem ser concentrados em projetos e instituições localizadas nas áreas urbanas ou centrais do município, deixando de lado comunidades periféricas e áreas rurais.

Falta de avaliação de impacto: a ausência de avaliação sistemática do impacto dos projetos financiados pode dificultar a prestação de contas e aprimoramento dos programas de financiamento cultural.

Falta de consulta às comunidades: a falta de consulta e participação das comunidades locais na elaboração dos editais pode resultar em programas que não atendem às necessidades e interesses culturais da população.

Para abordar esses problemas, é importante que os editais de cultura sejam elaborados de forma transparente, inclusiva, participativa e responsável, com recursos adequados e um foco claro na promoção da diversidade cultural e

no fortalecimento das comunidades criativas locais. Além disso, é fundamental que haja mecanismos de avaliação contínua para acompanhar o impacto dos programas de financiamento e garantir sua eficácia e relevância.

Para enfrentar esses desafios, é importante que os artistas de Curitiba e as autoridades locais trabalhem juntos para desenvolver políticas e programas que promovam a diversidade cultural, garantam o acesso equitativo aos recursos e apoiem o desenvolvimento profissional e pessoal dos artistas locais. Isso pode incluir o aumento do investimento em cultura, a criação de espaços culturais acessíveis, a implementação de programas de capacitação e mentoria, e o estabelecimento de parcerias.

PROPOSTAS:

Um plano de cultura para um programa político progressista precisa abranger uma variedade de áreas e objetivos. Nesse sentido, considerando às necessidades e prioridades da cidade de Curitiba, trazemos para esse debate um esboço geral das nossas inferências:

Nosso objetivo principal é promover o desenvolvimento cultural inclusivo, diversificado e sustentável que contribua para o bem-estar e a expressão dos diversos setores sociais, notadamente os mais subalternizados.

Promoção da Acesso à Cultura:

1. Expandir o acesso à cultura para todas as camadas da sociedade, incluindo grupos marginalizados e comunidades periféricas.
2. Implementar programas de educação cultural nas escolas e comunidades para promover a apreciação e participação na cultura.
3. Subsidiar iniciativas culturais de base comunitária e apoiar espaços culturais acessíveis.

Fomento à Diversidade Cultural:

1. Reconhecer, respeitar e promover a diversidade cultural em todas as suas formas, incluindo patrimônio cultural, línguas, expressões artísticas, práticas tradicionais e ancestrais.

2. Apoiar a criação e produção de conteúdo cultural diversificado, incluindo projetos de arte, música, literatura e cinema que representem a pluralidade de identidades culturais.
3. Criar políticas de incentivo à preservação e revitalização das culturas minoritárias e indígenas.

Desenvolvimento Cultural e Econômico:

1. Investir na economia criativa como motor de desenvolvimento cultural e econômico, promovendo empregos e oportunidades de negócios no setor cultural.
2. Fomentar o turismo cultural responsável, valorizando o patrimônio cultural e as práticas culturais locais.

Promoção da Cultura como Direito e Recurso:

1. Garantir que a cultura seja reconhecida como um direito humano fundamental e um recurso para o desenvolvimento sustentável.
2. Incorporar considerações culturais em políticas públicas relacionadas à educação, saúde, urbanismo, meio ambiente e outros setores.
3. Defender a liberdade de expressão e a diversidade cultural contra todas as formas de censura e restrição.

Participação e Engajamento Cultural:

1. Fomentar a participação ativa dos cidadãos na vida cultural, incentivando a criação de associações culturais, grupos artísticos e espaços de diálogo.
2. Promover o diálogo intercultural e a cooperação internacional para fortalecer laços de solidariedade e compreensão mútua entre as nações.

Orçamento e Financiamento:

1. Garantir recursos adequados e sustentáveis para a implementação das políticas culturais, incluindo orçamentos públicos dedicados e fontes de financiamento diversificadas.
2. Priorizar o investimento em cultura como um investimento no desenvolvimento humano, social e econômico de longo prazo.

3. Investir ao menos 2% do orçamento para a cultura em Curitiba.
4. Investimento de ao menos 3% do arrecadado com IPTU e ISS em projetos culturais por meio do Programa de Apoio e Incentivo à Cultura de Curitiba (PAICC).

Gestão, parcerias e cooperação:

1. Participar ativamente de redes regionais, nacionais e internacionais de cooperação cultural para compartilhar boas práticas e aprender com experiências de outros países.
2. Criação de uma Secretaria Municipal de Cultura.

10- ADMINISTRAÇÃO E ECONOMIA

*É só um pensamento, bote no orçamento
Nosso sofrimento, mortes e lamentos,
Forte esquecimento de gente em nosso tempo
Visto como lixo, soterrado nos desabamentos
Em favela, disse Marighela. Elo*

Dedo Na Ferida - Emicida

É preciso enfrentar as desigualdades econômicas em Curitiba!

Curitiba é uma das cidades mais ricas do país. É a quarta capital em PIB per capita e a nona capital com mais receitas por habitante. Mas como em todo o Brasil, isso não chega para grande parte de sua população.

Apesar de Curitiba também apresentar indicadores socioeconômicos melhores do que a média brasileira, ainda assim é uma cidade desigual. 12,5% da população da cidade ainda vive abaixo da linha da pobreza, o equivalente a US\$ 6,85 por dia, um total de 247 mil indivíduos. 1,9% da população vive abaixo da linha da extrema-pobreza, US\$ 1,90 por dia, um total de 38 mil habitantes.

Metade dos trabalhadores da capital paranaense ganha até R\$ 3.000, ou seja, pouco mais de dois salários-mínimos, enquanto 5% recebem salários acima dos R\$ 15 mil. As desigualdades de gênero e raça também são gritantes por aqui. Enquanto a renda média do trabalho de um homem branco em nossa cidade é de R\$ 6.060,90, a de uma mulher preta é de R\$ 3.390,60, ou seja, um salário 44% inferior.

Além de termos fortes desigualdades nos salários, também há grandes assimetrias no emprego. Se 75% dos homens brancos em idade economicamente ativa estão dentro da força de trabalho da cidade, no caso de mulheres negras este número cai para 63%. Além disto, enquanto a taxa de desemprego (quem está na força de trabalho e ainda assim não conseguiu um emprego) de um homem branco é de 5,3% em Curitiba, a de uma mulher preta é de 7,9%.

Repor salários do funcionalismo e aumentar investimentos sociais

O funcionalismo público foi um importante alvo das últimas gestões do prefeito Greca e seu vice, Pimentel. Com políticas de arrocho, altíssima inflação no período da pandemia e congelamentos salariais em alguns anos e correções abaixo da inflação em outros, os servidores públicos já acumulam uma defasagem histórica de 17,64%, e de 6,99% ao longo da gestão Greca- Pimentel, economizando nos salários, o gasto com pessoal na Prefeitura desabou, atingindo atualmente o índice de 40,99%, muito abaixo do limite prudencial de 51,3%, e quase 6 pontos percentuais abaixo do início da primeira gestão do Greca.

Curitiba manteve superávits fiscais consideráveis nos últimos anos, à exceção de 2023 (por conta de um aumento brusco pontual de investimento para aquele ano). Entre 2019 e 2022, a Prefeitura manteve um superávit anual médio de R\$ 347 milhões. Isto mostra como há espaço para a implementação das políticas públicas propostas neste programa pelo PSOL e pela REDE. Não falta dinheiro, mas falta vontade política.

Propostas:

3. Criar o Programa de Renda Básica de R\$ 164 mensais por indivíduo abaixo da linha da extrema pobreza.
4. Implementar programas municipais de empregabilidade para negros e mulheres, visando aumentar a inserção desses grupos na força de trabalho e diminuir a diferença salarial existente.
5. Implementar frentes de trabalho com contratação de mão-de-obra direta ou por meio de cooperativas, nos seguintes setores: serviços de limpeza urbana; serviços de saneamento básico; cuidado a idosos; reflorestamento e reparação de danos ambientais, como conservação de jardins e de áreas verdes públicas de pequena extensão; serviços de zeladoria de praças; obras de moradia e infraestrutura;
6. Conceder e induzir crédito para produção agrícola orgânica que será comprada para merenda escolar e outras políticas públicas de segurança alimentar;
7. Corrigir os salários do funcionalismo tendo em vista a defasagem histórica de 17,64%.

Expediente

Este programa de governo é fruto da elaboração coletiva de centenas de militantes partidários, ativistas, sindicalistas, especialistas, cidadãos e cidadãs. Foram muitos meses de debates, foram ouvidas muitas pessoas e este documento sintetiza as ideias expressas neste debate.

Colaboraram com a redação deste programa de governo:

Adalberto Willian Sanchez da Silva, Andrea Caldas, Carlos Augusto Pegurski, Clayton Gomes de Medeiros, Edmar Almeida de Macedo, Eric Gil Dantas, Gisela Puppi Martins, Henri Oliveira, Izzadora Porcote, Jaqueline Kuita, Rodrigues Jacintho, Janayna Aurya, Rodrigues da Silva, Julia Andrade Maia, Julia Rinaldin Silveira, Leticia Faria, Leticia Mara de Meira, Lígia Bacarin, Luciano Padilha, Mariane Panek, Odete Buzatto, Rafael de Almeida Pereira, Sérgio Rubens Sossella Filho, Vanessa Geithövel Calmon, Wesley Martins de Almeida.

Coordenação:

Edmar Almeida de Macedo e Henri Oliveira

Apenas começamos.